

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CURSO DE LETRAS – LICENCIATURA

HENRIQUE AZEREDO GIACOMO

**DE CARA COM O PRECONCEITO LINGUÍSTICO:
OS LINGUISTAS E A REAÇÃO SOCIAL AO RECONHECIMENTO DA
VARIAÇÃO NA ESCOLA**

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2011

HENRIQUE AZEREDO GIACOMO

**DE CARA COM O PRECONCEITO LINGUÍSTICO:
OS LINGUISTAS E A REAÇÃO SOCIAL AO RECONHECIMENTO DA
VARIAÇÃO NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado para obtenção do grau de licenciado no Curso de Letras – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Goldnadel

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2011

HENRIQUE AZEREDO GIACOMO

**DE CARA COM O PRECONCEITO LINGUÍSTICO:
OS LINGUISTAS E A REAÇÃO SOCIAL AO RECONHECIMENTO DA
VARIAÇÃO NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado no Curso de Letras – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, com Linha de Pesquisa em Sociolinguística.

Porto Alegre, 18 de julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcos Goldnadel – Dr. – (UFRGS) – Orientador

Prof.^a. Luciene Juliano Simoes – Dr.^a - (UFRGS)

Prof.^a Margarete Schlatter – Dr.^a - (UFRGS)

Este trabalho de conclusão é fruto de uma conversa informal com meu orientador, professor Marcos Goldnadel, que se sucedeu no início do meu 5º semestre. Após uma reunião sobre um projeto de Ensino que intencionava auxiliar os calouros de Conceitos Básicos de Linguística na leitura dos textos acadêmicos da disciplina, o Marcos me comentou em particular sua incomodação com o livro “Preconceito Linguístico”, de autoria do seu xará Marcos Bagno (constante do programa de leituras obrigatórias da disciplina), devido ao tom acentuadamente panfletário e à inconsistência dos argumentos tecidos, o que, em última instância, poderia causar ainda mais preconceito no aluno ingressante, cru, recém saído do Ensino Médio. Achei bobagem, pois tinha na memória que o Bagno havia sido um divisor de águas no debate da variação linguística e suas implicações sociais. Ao longo do projeto em questão, obviamente foram discutidas com os alunos questões referentes ao tema preconceito linguístico. Qual não foi minha surpresa ao ver a teoria do meu professor se concretizar: os comentários postados (o meio foi a plataforma virtual Moodle) eram TODOS politicamente corretos, demonstrando uma visão amplamente livre de preconceitos ou julgamentos. Esse resultado me intrigou: como era possível uma legião de defensores afincos da gramática tradicional e monitoradores do bem falar, em menos de uma semana, darem um salto para o outro lado da margem? Tinha de ter algo errado nisso. E tem. No semestre seguinte, convidei o professor Marcos para estudar essas questões. Ele aceitou prontamente. Desde então viemos estudando e refletindo sobre o assunto profundamente. Por volta de dois meses atrás, eclodiu uma polêmica em nível nacional causada pela utilização na disciplina de língua portuguesa em EJA de um livro didático que defendia o igual valor de todas as formas de se falar e escrever. Professores, alunos, pais, professores, gramáticos, linguistas, jornalistas, políticos, todos se envolveram no debate. Fico feliz por ainda não ter me diplomado, pois tenho certeza de que este trabalho tem muito a acrescentar à discussão. Como disse uma vez a professora Luciene, minha tutora no Programa de Educação Tutorial (PET) da Letras, o trabalho de conclusão de curso é a maior oportunidade que temos de retribuir todo o crescimento intelectual que a universidade nos proporcionou. Gostaria muito que este trabalho fosse abordado em algum momento na disciplina de Conceitos Básicos, nem que seja para ser alvejado. Se pelo menos um aluno que discordou das ideias revolucionárias bagnistas (mas não manifestou sua opinião devido à maneira dogmática e messiânica com que foram expostas) encontrar alento neste texto, poderei com certeza e orgulho informar à sábia Luciene que suas palavras ficaram marcadas e o papel foi cumprido.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus (não o do programa da Xuxa, o da Bíblia), que me presenteou com
o dom da sabedoria ao conhecê-LO;

Ao Marcos Goldnadel, meu professor, orientador e amigo (a qualquer hora, inclusive
madrugadas), que me trata nas nossas discussões como se eu fosse doutor;

Ao Marcos Carvalho, meu grande amigo e minha maior fonte inspiradora de reflexões sócio-
político-histórico-étnico-religioso-cultural-sexuais;

Ao Marcos Bagno, que gerou toda a polêmica que me fez ter vontade de descobrir se o resto
da Letras era tão vago;

À Luciene Simões, que, através do PET, foi a primeira a me mostrar que não, grande parte da
Letras não é nada vaga;

À minha mãe, Ana Lúcia Azeredo, que sofre há 24 anos (sem perspectivas de desistir) a
consequência de ter um filho metido a inteligente;

À minha segunda mãe, minha tia e dinda Tânia Azeredo, que me deu, desde pequeno (até
hoje), todo o suporte que minha mãe biológica não pôde ou não soube me dar.

À minha tia Regina Azeredo, que, de forma às vezes demasiadamente incisiva, me ajudou a
manter minha dignidade como ser humano e cristão.

**“Tudo isto provei-o pela sabedoria; eu disse: Sabedoria adquirirei; mas ela ainda estava
longe de mim”**

(Eclesiastes, 7:23)

RESUMO

O presente trabalho visa problematizar o conceito de “preconceito linguístico”, permeando a abordagem que o termo recebe por parte de linguistas e professores de Ensino Superior de Letras até o impacto que gera no aluno ingressante no curso em questão e na sociedade como um todo. O fator motivador principal para a iniciação do projeto foi a releitura do livro “Preconceito Linguístico: o que é, como se faz”, de Marcos Bagno, trabalhado na primeira etapa do curso de Letras da UFRGS e de outras instituições de nível superior. Uma visão mais analítica da obra deixa em exposição problemas de coesão e coerência, bem como carência de base teórica na exposição de certos argumentos, o que torna questionável sua utilização por parte de futuros profissionais da língua, sobretudo alunos iniciantes. No período de confecção deste trabalho, eclodiu uma polêmica de nível nacional, gerada pela aprovação por parte do MEC de um material didático de Língua Portuguesa destinado a alunos de EJA. Tal livro, cujo capítulo sobre português tem a assinatura da professora Heloísa Ramos, apresenta exemplos de trechos oriundos do português falado brasileiro, os quais estão em discordância com a denominada pela autora “norma culta”, motivo principal causador da massiva quantidade de críticas destinadas a ela e ao ministério por parte da mídia e da sociedade como um todo. Esse conflito tão ferrenho que se estabeleceu entre linguistas de um lado, e gramáticos e professores de português conservadores (apoiados pela sociedade) de outro, vai ao encontro da problematização citada anteriormente: foi preciso rever o próprio conceito de preconceito, com o apoio teórico da Sociologia, para que então fosse reformulado o conceito de preconceito para a Sociolinguística, ou seja, o preconceito linguístico. Mais que isso, foi necessário trabalhar um fator que, em verdade, é determinante para que se analise criticamente o preconceito, sobretudo o linguístico: o viés da sociedade e dos grupos sociais. Ao final são avaliados os ganhos e perdas da discussão da variação e do preconceito linguístico no ambiente escolar.

Palavras-chave: preconceito, preconceito linguístico, variante culta, norma padrão, variação linguística

ABSTRACT

This work aims to problematize the concept of “language bias”, analyzing from the approach the term is given by linguists and teachers from the course of Letters until the impact it causes on the student who starts the referred course and the society in general. The triggering factor for this project was the reading of “Preconceito Linguístico: o que é, como se faz”, by Marcos Bagno, which is studied on the first term of the course of Letters in the federal university of Rio Grande do Sul, Brazil, as well as in other higher education institutions: a more analytical analysis on the piece of work exposes some cohesion and coherence problems, such as lack of theoretical foundation on the building of arguments, which leads the specialists to question its use by the future language teachers or researchers, especially beginners. During the period this research was being made, a polemic issue caused an outbreak in the whole educational system: the Brazilian ministry of culture and education (MEC) approved to be worked on GED school a courseware in which the chapter the deals with Portuguese language (written by former teacher Heloísa Ramos) shows some examples of Portuguese speech, which have dissonance with the standard Portuguese. That was the ignition of the massive criticism that society poured on her and on the ministry. This conflict divided linguists and Grammarians/traditional Portuguese teachers (supported by society as a whole) matches the mentioned problematization: it was necessary to review the very concept of prejudice (based on Sociology) so that Sociolinguistics prejudice (language bias) could be reformulated. Moreover, a factor proved to be essential to be analyzed so that the concept of prejudice found critical ground, especially in terms of linguistics: the point of view of society and social groups. Finally, an overall view is made to evaluate the gains and losses generated by the approach of variation and language bias on school environment.

Key-words: prejudice, language bias, standard language, grammar, linguistic variation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A REFLEXÃO DE MARCOS BAGNO	12
3. O QUE É PRECONCEITO PARA A SOCIOLOGIA?	21
4. A CONTRIBUIÇÃO DE BOURDIEU PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS	26
5. NOVOS ASPECTOS NA ABORDAGEM DO PRECONCEITO.....	31
6. O CASO DO LIVRO QUE “ENSINA A FALAR ERRADO”	37
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48

1. INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2008, o PET (Programa de Educação Tutorial) Letras da UFRGS realizou um projeto de Ensino que visou auxiliar alunos ingressantes no curso a lidar com as leituras acadêmicas (as quais apresentam diversas especificidades em relação às escolares), trabalho este que, muitas vezes, é ignorado pelo professor universitário, por não considerá-lo um de seus compromissos dentro da disciplina. Acreditando na importância do ideal do projeto, o PET Letras escolheu algumas disciplinas-chave do curso para, então, realizar tarefas de leitura e escrita baseadas nas leituras mais difíceis e/ou mais essenciais para a compreensão da disciplina em si e do curso como um todo. O projeto foi intitulado LEREDES (Leitura e escrita em rede: apoio à aprendizagem na Graduação através do Ensino a Distância) e o meio utilizado foi a plataforma virtual Moodle.

O LEREDES motivou o início deste trabalho à medida que chamou a atenção para um fato interessante: a aceitação em massa por parte dos calouros da existência do preconceito linguístico e da igualdade de valor entre as variantes da língua portuguesa, ao entrarem em contato com a disciplina Conceitos Básicos de Linguística, obrigatória na primeira etapa do curso. É sabido pelos linguistas e estudiosos da área de Letras que a utilização de uma variante culta não demonstra superioridade do falante em nenhum aspecto; entretanto, os alunos em questão, por pelo menos dezoito anos, estiveram expostos (de maneira pouco reflexiva) às relações de poder da sociedade, o que envolve, entre outros aspectos, a consideração de uma das variedades da língua como a correta. Muitos desses alunos ainda, por terem escolhido a área de Letras, ingressaram na universidade alimentando alguma expectativa de trabalhar como monitoradores do “bem falar e escrever”.

Ao longo do trabalho com os alunos da disciplina de Conceitos Básico de Linguística, o que se viu foi nada menos que uma “conversão em massa” na direção do reconhecimento da dignidade de todas as variedades linguísticas, o que, na verdade, já havia sido notado anteriormente: eu mesmo, autor deste trabalho, confesso que fiz parte dessa massa que, do dia para a noite, passou a criticar a defesa da gramática normativa e da estratificação linguística. Contudo, lembro-me até hoje que, ao levar o debate para amigos e familiares (em especial minha mãe, leitora voraz em especial de literatura estrangeira, mais ainda britânica), apesar de parecer tudo muito claro para mim, não conseguia sustentar minha argumentação, caindo em

generalizações e discursos mais políticos do que científicos. O papel do LEREDES no engatilhamento da percepção do problema deu-se em especial pela concretização de uma suposição teórica anterior.

O questionamento principal deste trabalho segue, então, nessa mesma direção: até que ponto a abordagem do preconceito linguístico nos cursos de Letras e Pedagogia colabora para o entendimento e reflexão sobre o tema? O segundo capítulo analisa criticamente a argumentação encontrada no primeiro capítulo do livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”, utilizado até hoje em grande escala em cursos de letras como forma de iniciação ao debate sobre o preconceito linguístico. O terceiro, quarto e quinto capítulos se dedicam a analisar o preconceito de uma maneira mais ampla, além dos fatores sociopolíticos que originam a valoração linguística. Por último, é feita uma breve análise da reação causada na sociedade pelo livro “Por uma vida melhor”, cujo capítulo sobre língua portuguesa, de autoria de Heloísa Ramos, gerou grande impacto na sociedade ao tratar da variação e do preconceito linguísticos, levando a um questionamento sobre a capacidade atual da escola e dos professores da área de língua portuguesa em abordar esse tema tão delicado.

2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A REFLEXÃO DE MARCOS BAGNO

Este capítulo tem por objetivo fazer uma análise do impacto do livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz” (1999) nos cursos de Letras e Pedagogia do país, em especial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em alguns casos, ele convive com outras leituras na bibliografia teórica a respeito do tema; em outros, é a única fonte de referência. Em função do modo como o tema é muitas vezes abordado, o nome de Marcos Bagno passa a ser tomado amplamente pelos alunos como principal autoridade no assunto (por vezes a única que permanece na memória ao final do curso). Além disso, a abordagem apresentada no livro, pelo impacto que tem sobre o aluno em início de curso, muitas vezes constitui uma espécie de molde argumentativo adotado diante do tema preconceito linguístico. O reconhecimento que a obra acaba recebendo deve-se em parte pelo nome do livro, que faz referência direta ao termo *preconceito linguístico*, em parte pelo tom manifestante revolucionário que permeia o texto do começo ao fim, o qual tende a causar um choque no leitor iniciante.

É preciso reconhecer que Bagno é autor de diversos outros títulos que tratam do preconceito linguístico, como “A norma oculta – língua & poder na sociedade brasileira” (2003) (onde analisa as relações entre língua e poder no Brasil, concluindo que o preconceito linguístico na sociedade brasileira tem fortes raízes no preconceito social) e “Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro” (2009) (no qual defende a incorporação na gramática normativa do vernáculo brasileiro contemporâneo, compondo-o a partir de investigações realizadas por pesquisadores nos últimos quarenta anos), os quais são, de fato, teoricamente mais embasados. Todavia, o “Preconceito linguístico: o que é, como se faz” (1999) ainda é tomado como referência principal de sua obra, tendo preferência nos cursos superiores quando o assunto é abordado. É importante ressaltar que a obra encontra-se em sua 50ª edição (2007) (a qual foi tomada como referência para a confecção deste trabalho), fato surpreendente, principalmente por se tratar (embora de maneira mais popular) de um livro que aborda um assunto com raízes acadêmicas.

Ao longo do capítulo serão levantados alguns aspectos considerados problemáticos no livro, os quais causam demasiada confusão teórica à medida que abordam as relações hierárquicas das variantes linguísticas de maneira obscura e até mesmo contraditória, além do tom revolucionário que marca toda a obra. O problema já se inicia na extensão do texto,

extremamente curto para abordar um tema tão intrincado, que se interliga com outros fatores de ordem ainda mais complexa (sociedade/história/política). Não tenho a pretensão de abarcar amplamente a variação e o preconceito linguístico; este trabalho faz um recorte muito menor, i.e., como estes conceitos se organizam no livro de Bagno em questão. Consta no site oficial do autor:

MARCOS BAGNO vem se tornando conhecido por sua luta contra a discriminação social por meio da linguagem. Para ele, o preconceito linguístico precisa ser reconhecido, denunciado e combatido, porque é uma das formas mais sutis e perversas de exclusão social. Por causa desta militância, MARCOS BAGNO vem recebendo amplo apoio de todos aqueles que desejam construir uma sociedade verdadeiramente democrática, governada pelo respeito às diferenças e pelo acesso aos bens culturais de prestígio. Seus livros já se tornaram leitura obrigatória nos cursos de Letras e Pedagogia de todo o Brasil e despertam também o interesse de pesquisadores de outros países. Neste site, você encontrará textos de alguns importantes pesquisadores brasileiros que, baseados em teorias consistentes e em pesquisas científicas, podem contribuir para dissipar a ideologia linguística atrasada e excludente que circula em nossa sociedade. Bem-vind@ à luta! (website Marcos Bagno)

A partir do texto de apresentação acima, é possível ter uma noção do caráter militante (e populista, evidente na utilização da expressão “Bem-vind@”, aludindo à discriminação à mulher decorrente da forma com “o”) que perpassa a obra do autor, que se manifesta de forma concreta no livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”. Já no capítulo introdutório, intitulado “Primeiras palavras”, Bagno dirige-se “ao leitor e à leitora”, afirmando que o texto será perpassado por um “tom marcadamente político”, o que, segundo ele, é inevitável, já que “tratar da *língua* é tratar de um tema *político*”. Em seguida, lança mão de metáforas para ilustrar a relação entre a *língua* e a chamada *gramática normativa*: aquela “é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua.”

Embora o autor deixe claro que se dirige ao público leigo, a própria descrição em seu website reconhece a abrangência de sua obra: “seus livros já se tornaram leitura obrigatória nos cursos de Letras e Pedagogia de todo o Brasil”. Em especial o “Preconceito Linguístico”, utilizado massivamente no trato de questões sociolinguísticas com alunos calouros. Independentemente do público alvo, o que se percebe na metáfora utilizada para descrever a gramática normativa é uma simplificação exagerada, que mascara a realidade de forma maniqueísta: assim como a língua em uso não é estática, a gramática normativa também não o

é, o que pode ser constatado a partir da comparação entre gramáticas normativas de momentos históricos distintos¹. Obviamente, a gramática normativa é muito mais resistente à mudança; entretanto, imaginar uma realidade diferente implicaria, em primeira instância, modificar seu próprio nome, já que o conceito de norma implica intrinsecamente padronização, logo, pouca variação. De gramáticas descritivas/do uso, sim, pode-se (e deve-se) cobrar consonância com a língua viva a que Bagno se refere na passagem mencionada.

Logo depois, o autor explica o porquê da escolha da fotografia que ilustra a capa do livro, a qual mostra seus sogros e seu cunhado mais novo, visivelmente pessoas de baixíssimas condições financeiras (ao menos no tempo da foto), as quais, segundo ele, são “um ‘prato cheio’ para alguns dos preconceitos mais vigorosos da nossa sociedade: negros, nordestinos, pobres, analfabetos”. O autor acrescenta ainda: “Aprender a amar estas pessoas pelo que elas são, deixando de lado todos os rótulos discriminadores que tentam classificá-las em categorias supostamente inferiores às que eu e pessoas de minha extração social ocupamos, tem sido uma lição fundamental para toda a minha vida pessoal e profissional.” Assim como o uso exagerado de metáforas, o excesso nos argumentos emocionais, por muitas vezes (se não sempre), compromete a análise argumentativa, mesmo porque um texto sério, em especial um que lide com assuntos de tamanha importância e impacto sociopolíticos, necessita privilegiar o racionalismo em detrimento da retórica. No excerto em questão está marcado um argumento fortemente ideológico, segundo o qual há uma batalha contra o preconceito linguístico (tomado como inimigo reconhecido unanimemente) a ser vencida, e, para tanto, cada não falante da variante culta precisa empunhar suas armas invisíveis e matar antes que seja morto no fogo cruzado linguístico.

Como afirmado anteriormente, Bagno dirige-se inicialmente à população em geral. Suas metáforas fortes parecem destinadas a convencer o leigo, que precisa menos de argumentos do que de imagens convincentes. Já nesse aspecto o livro é de qualidade duvidosa, uma vez que caberia questionar a conveniência de promover um convencimento coletivo a base de simplificações. No terreno acadêmico, onde o livro ganhou considerável popularidade, a crítica precisa ser ainda mais contundente, uma vez que esse é o espaço de formação de professores que devem, em sua prática profissional, colaborar no combate ao preconceito que o livro não ajuda a desfazer.

¹ Além do mais, a forma como o autor apresenta a gramática normativa ignora toda a dinâmica social subjacente a sua constituição como expressão de uma língua de cultura. Essa dinâmica, no momento de afirmação de uma língua como um dos elementos de representação de um povo, revela um dinamismo e um jogo de forças muito distante da ideia de estagnação transmitida pelo autor.

A adoção na academia do “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”, quando de maneira acrítica, gera duas consequências: ou o aluno se alista na formação de um exército discente alicerçado numa fundamentação teórica fraca (portanto facilmente derrubável), ou reage de forma indiferente à questão, o que basicamente equivale a se manter no posicionamento ideológico dos gramáticos e da sociedade como um todo em relação à língua. Em ambos os casos, os efeitos são extremamente nocivos, principalmente por atingirem futuros profissionais da língua, os quais deveriam justamente combater o preconceito linguístico de forma sólida e eficaz.

Em minha opinião, a insuficiência do livro decorre de dois fatos elementares: 1) apresenta pouquíssimo debate teórico sobre as inúmeras questões que aborda, o que leva a um tratamento da questão de maneira muito incipiente; 2) utiliza uma retórica demasiadamente parcial, levando o leitor a um passeio através de um caminho caleidoscópico que culmina em uma verdade inquestionável, justamente por ser apresentada de modo impositivo. Essa estratégia teórica deliberadamente polarizadora frequentemente leva o aluno que se iniciou nos estudos sociolinguísticos pelo “Preconceito linguístico” à total absorção ou negação das ideias defendidas, ou, o que é pior, uma negação em pele de absorção. Do ponto de vista técnico, é assaz nocivo o recrutamento irrefletido, em menos de 200 páginas (no máximo um final de semana), de tantos defensores pseudorrevolucionários, sobretudo indivíduos que, por ao menos dezoito anos, estiveram exatamente do outro lado da trincheira, se não como comandantes, no mínimo soldados, em especial, ressalto, futuros profissionais da língua.

À guisa de esclarecimento, eu, autor deste trabalho de conclusão de curso, concordo, absolutamente, que a discussão sobre o preconceito linguístico e suas formas de dominação deva obrigatoriamente ser realizada nos cursos de Letras e Pedagogia (senão em todas as licenciaturas). Aliás, duvido que um professor ou pesquisador, de qualquer campo da linguística ou da literatura, não apenas da sociolinguística (incluam-se aí todas as vertentes dos estudos linguísticos contemporâneos), divirja de tal opinião. O problema (com graves consequências) é o tipo de argumentação que se constrói na obra em questão, que, como veremos no capítulo seguinte, não é exclusividade de Marcos Bagno (embora seja difícil de negar que este é seu expoente máximo). Há, no texto, argumentos científicos, muitos deles pouco desenvolvidos, dependendo de algum esforço de compreensão por parte do leitor. O principal problema que aponto é que maioria deles está mergulhada em um rio (não igapós) de emoção e coitadismo linguístico-social, o que causa certa aversão no leitor um pouco mais bem informado sobre tais questões.

Se, por um lado, o livro pode chamar à consciência e à compreensão um público que, de outra forma, ficaria alheio à questão do preconceito, por outro, pode comprometer a viabilidade de um projeto mais amplo e esclarecido. Expor o grande público ao termo preconceito linguístico (e colocá-lo no interior de um debate de grande complexidade acadêmica) é a melhor maneira de abordar o assunto? Incitar revolta contra as classes dominantes (no sentido marxista do termo) pode diminuir as diferenças sociais? Popularizar os argumentos é mais produtivo que promover um debate crítico (embora sabendo que o público-alvo seria reduzido drasticamente)? Incitar a derrocada da valoração linguística é uma realização concretizável? Por fim (única pergunta retórica desta bateria), polarizar as variantes culta e popular, ou seja, de um lado, os ricos, pedantes e opressores; de outro, os pobres, coitados e discriminados, é ajudar na visualização do real quadro linguístico do Brasil como um todo?

Um dos principais problemas conceituais da obra é o embaralhamento das expressões utilizadas para definir os tipos de linguagem utilizados no Brasil: ao longo do texto, é possível encontrar “norma culta”, “norma padrão”, “variedade não-padrão”, “variedade culta”, “variedade padrão”, “padrão culto”, “língua padrão”, “língua culta”, “português padrão”, “português culto”, “variedade urbana”, “língua urbana culta”, “norma culta urbana”, “fala urbana culta”, “variedades urbanas” (faltou a norma não-padrão). O mais próximo de destrinchar os conceitos que Bagno chega é acusar os gramáticos de não o fazer:

Outros termos empregados indistintamente pelos prescritivistas são: *norma padrão*, *língua padrão*, *língua culta*, *padrão culto*. Todos eles, porém, carecem de uma definição teórica rigorosa, sendo usados basicamente como um sinônimo geral de “bom português”, em contraste com tudo o que “não é português”. (BAGNO, 1999, p. 109)

Como já mostrei, existe, no nível da língua escrita, a confusão entre *português* e *ortografia oficial* da língua portuguesa. No nível da língua falada, os termos que se confundem, ou que são tomados como equivalentes, são *português*, *gramática normativa* e *variedade padrão*. (BAGNO, op. cit., p. 125)

À primeira vista, pode parecer de pouca utilidade definir tais conceitos; no entanto, essa generalização coloca no mesmo saco gato e lebre. De fato, não há consenso entre os autores quanto à classificação exata dos termos. Embora sejam expressões correntes nos textos que abordam o tema, muitas vezes são utilizadas de maneira confusa, intercambiam-se os sentidos etc. Porém, independentemente da nomenclatura que se utilize, é de suma importância que se dê nome e sobrenome aos bois (e que se seja fiel a essa nomenclatura do

começo ao fim do texto), pois há abismos entre o “tipo de língua” ideal (aquela que apenas com extrema automonitoração se alcança na fala), tipo de língua utilizado na fala das pessoas consideradas cultas (em eventos sociais formais) e tipo de língua utilizado na fala das pessoas consideradas incultas (o tipo de língua utilizado na escrita das pessoas cultas é o “tipo de língua ideal”). Subcategorias incluem o tipo de língua utilizado por pessoas cultas em eventos sociais informais, o qual se aproxima um pouco do tipo de língua utilizado na fala das pessoas incultas em eventos formais (e vice-versa). Prefiro utilizar apenas três grandes categorias, norma padrão (prescrição de como se escrever da maneira mais formal possível), variedade culta (não norma porque não é prescrição, e sim descrição, a respeito da fala de pessoas consideradas cultas) e variedades não padrão ou populares (variantes de pouco prestígio utilizadas por pessoas consideradas incultas). Uma definição clara evitaria emaranhados teóricos com o presente no trecho a seguir:

Por causa desse preconceito é que somos obrigados a ensinar e aprender que o “certo” é dizer e escrever *Dê-me um beijo* e não *Me dá um beijo*, e que é “errado” dizer e escrever *Assisti o filme* e *Aluga-se casas*, porque lá em Portugal não é assim que se faz. (BAGNO, op. cit., p. 29)

Como Bagno não define bem os conceitos supracitados, acaba por ignorar que tanto variantes mais cultas quanto mais populares, tanto na fala quanto na escrita, sofrem preconceito, em diferentes âmbitos e diferentes níveis. Em primeiro lugar, sem qualquer sombra de dúvida, atualmente no Brasil, a pessoa que fala “Me dá um beijo” não é menosprezada em lugar algum, nem por gramáticos, os quais já reconhecem a incorporação em massa da próclise em início de sentença na fala; “Assisti o filme” também, embora na escrita possa ser depreciado. A expressão “Aluga-se casas”, em especial se pronunciada rapidamente, também sofre pouca desvalorização linguística (a menos que converse com algum gramático ou professor de português frustrado). Aliás, saberá o aluno identificar o que está supostamente errado nos enunciados, falados ou escritos?

Por outro lado, quem falar “Dá um beijo pa nós”, “Num vi o firme” e “Se aluga as casa” será alvo de escárnio numa ampla gama de contextos, talvez até mesmo dentro da comunidade na qual aprendeu a falar assim; sofrerá um pouco mais em contato com falantes de uma variante mais culta (ou não, dependendo da situação), e ainda mais se estiver junto a esses falantes em um contexto formal. Por quê? Racionalmente, não há explicação, uma vez que, como dizia Saussure, o signo linguístico é arbitrário. Se, por exemplo, por um acidente histórico, a elite utilizasse “Se aluga as casa” ao invés de “Alugam-se casas”, é possível

afirmar com 100% de certeza que seria aquela a variante de prestígio. No entanto, Bagno, na utilização incessante da retórica metralhadora, lança uma cortina de fumaça sobre as raízes (e implicações) do problema: a língua simboliza os grupos sociais, e esses grupos estão em constante disputa (pacificamente ou não), ou seja, não se desprestigiam as variantes populares por sua forma, mas sim por seus usuários. É de suma importância para um futuro professor saber lidar com essas questões em sala de aula, mas, antes de tudo, ele precisa ter clareza sobre as mesmas.

[...] esse português [brasileiro] apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. (BAGNO, op. cit., p. 16)

Ignoremos novamente a falta de clareza nas definições de língua. Cortando-se algumas orações, resta a frase “Esse português brasileiro apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo”. Trocando em miúdos, a trágica injustiça social causa o alto grau de diversidade linguística no país. Essa é, evidentemente, uma simplificação bastante grosseira das causas da diferenciação linguística.

Embora o fator social seja um dos índices que mais gera variação linguística no Brasil, mais uma vez o quadro geral é comprometido devido à simplificação da questão, pois a variação linguística possui diversos outros intensificadores, como o contato linguístico com outras línguas, a extensão territorial e as diferenças geográfico-culturais dentro do país, o convívio entre diferentes gerações, a discrepância nos níveis de escolarização e letramento etc. Inclusive, é importante que as pessoas (principalmente os alunos de Letras) tomem conhecimento que a variação linguística (e, por tanto, o preconceito linguístico) existe na França, na Suíça, na Dinamarca... Em menor escala, é verdade, mesmo porque os fatores citados não afetam esses países de maneira tão intensa. Contudo, urge esclarecer que não é privilégio de país pobre.

Nessa altura do livro, Bagno começa a atacar a possível subserviência da norma padrão do português brasileiro à de Portugal. Como ensina Bourdieu, não há nação organizada política e economicamente que não faça adoção de um padrão linguístico: na França, foi necessária a imposição de uma língua legítima para consolidação dos ganhos da Revolução e, obviamente, como os interesses a serem atendidos eram os da elite, é evidente que a variante linguística utilizada não seria a dos camponeses. Digamos que, a partir da semana seguinte, a norma padrão refletisse exatamente a norma culta brasileira, supomos que rompesse todos os laços que ainda a acorrentam melancolicamente aos nossos xarás lusitanos, e passasse a equivaler *ipsis litteris* ao português culto. O preconceito linguístico seria erradicado?

Felizmente, nenhuma dessas profecias se concretizou. Os galicismos, na passagem do século XIX para o XX, e os anglicismos, na virada do terceiro milênio, não têm a força destruidora tão temida pelos puristas e conservadores. A língua portuguesa, nesses noventa e cinco anos, se manteve muito bem, obrigada, falada e escrita por cada vez mais gente, produziu uma literatura reconhecida mundialmente, é propagada também em nível internacional pelo grande prestígio de que goza a música popular brasileira — entre tantas outras provas de sua vitalidade. E a avalanche (ai, um galicismo!) de palavras estrangeiras tem de ser analisada sob a perspectiva da dependência político-econômica (e conseqüentemente cultural) do Brasil (e de Portugal) para com os centros mundiais de poder. Não adianta bradar contra a “invasão” de palavras na língua portuguesa sem analisar essa dependência. É querer eliminar os efeitos sem atacar as verdadeiras causas. (BAGNO, op. cit., p. 23)

Em primeiro lugar, a única relação de preconceito linguístico que pode ser originada pela recusa a estrangeirismos é exclusivamente em relação à própria língua estrangeira; logo, o argumento parece não encontrar suporte nos parágrafos contíguos. Ademais, me custa crer que um profissional da língua, em sã consciência, temeria a “destruição” da mesma pelo contato com outros léxicos: o que pode ocorrer, como normalmente ocorre em países protecionistas, é a criação de medidas de proteção à língua, pois esta é um bem tão caro ao país quanto sua moeda, sistema político, hino ou PIB. Sem mencionar que o alvo do ataque passou a ser os preconceituosos, não o preconceito em si: a crítica deveria explorar não nossa relação com a França, e sim as conseqüências implícitas que isso acarreta.

Se algum de nós disser a um norte-americano que ele “não sabe inglês” ou que o inglês falado nos Estados Unidos é “errado” ou “feio”, ele decerto vai ficar chocado com nossa ignorância. Afinal, existe um argumento mais do que convincente para rebater essa acusação: o tamanho do país e a quantidade de falantes de inglês que ali vivem, além da importância dos Estados Unidos no panorama mundial. (BAGNO, op. cit., p. 29)

Ainda que se esteja relacionando as diferenças entre as belezas do inglês americano e do britânico com o continente em que cada um se localiza (o que pode levar a um juízo de valor totalmente imotivado), o argumento para desconstruir a falta de fundamentação do fato de se considerar o inglês americano “feio” é a importância dos Estados Unidos no panorama mundial e a quantidade de falantes de inglês que ali vivem? Tal afirmação abre brecha para silogismos do tipo “logo, se os EUA não fossem importantes em nível mundial, sua língua poderia ser considerada feia.”

Eu poderia aqui me ocupar em analisar cada um dos quatro capítulos do “Preconceito linguístico”; entretanto, fechei meu foco no primeiro deles, o qual aborda os denominados por Bagno “mitos do preconceito linguístico”², por considerá-los mais problemáticos e, portanto, mais relevantes para a discussão proposta. A conclusão a que chego é que o tom panfletarista das asserções bagnistas, embora alcancem o efeito de causar impacto e permanecer na memória do leitor, obscurecem demais a discussão e polarizam os aspectos envolvidos, colocando-os em subdivisões muitas vezes incongruentes. Além disso, escondem uma questão essencial no trato do tema: os julgamentos mútuos são inerentes ao ser humano, o papel do professor é levar os alunos a refletir sobre o assunto e fornecer as ferramentas necessárias para se inserirem nos grupos sociais que almejam, ao invés de continuar tratando a língua como bem exclusivo dos gramáticos.

O próximo capítulo trata a questão do preconceito de uma forma geral, e os dois seguintes tentam enquadrar o preconceito linguístico nessa classificação.

² “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, “Brasileiro não sabe português”, “Só em Portugal se fala bem português”, “Português é muito difícil”, “As pessoas sem instrução falam tudo errado”, “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”, “O certo é falar assim porque se escreve assim”, “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”, “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”.

3. O QUE É PRECONCEITO PARA A SOCIOLOGIA?

Motivado pela pergunta geradora deste trabalho, considerei importante ir mais a fundo nas relações geradoras do preconceito de uma forma geral, bem como a maneira como é visto (ou não) pelos grupos sociais envolvidos de alguma forma.

O preconceito é um tema trabalhado pelas ciências sociológicas e psicológicas há quase um século. Desde então, tem sido analisado sob diferentes pontos de vista – que variam de acordo com o contexto sociopolítico cultural – influenciados pelas relações (dísparas) sociais que, de alguma forma, se tornam uma preocupação mais ampla na sociedade no momento histórico em que o pesquisador está inserido. Um dos marcos no estudo do preconceito é o trabalho do psicólogo americano Gordon Allport que, nos anos 50, representou uma nova orientação sobre os estudos no assunto. Os avanços científicos a respeito do tema lhe devem muito: em “The nature of prejudice”, elaborou afirmações a respeito da noção de preconceito que serviram de base para os estudos posteriores mais importantes no assunto, entre elas, a de que “preconceito é uma antipatia baseada em uma generalização infundada e inflexível”. Estabeleceu como seu objeto de estudo judeus, afro e latino-americanos, asiáticos e pessoas pobres. Essa ênfase em aspectos negativos deu-se majoritariamente pelo seu foco de análise na época, o Holocausto e os linchamentos, de modo que sua discussão se baseou em questões étnico-religiosas, em especial o racismo e o antissemitismo, o que contribuiu para a formulação de sua definição de preconceito, i.e., uma antipatia em relação a um grupo como um todo (e seus membros).

De acordo com EAGLY & DIEKMAN (2005), todo preconceito é resultado de uma incongruência, advindo normalmente da incompatibilidade de crenças que dizem respeito a certos atributos tipicamente possuídos pelos membros de um grupo social (seu estereótipo) e as crenças a respeito dos atributos que facilitam a conquista do sucesso em papéis sociais de prestígio. Ou seja, um indivíduo que apresente características que estereotipicamente são consideradas positivas para o desenvolvimento de determinada atividade tem vantagem sobre outro que careça de tais características, mesmo que, em geral, não haja diferença significativa entre eles. Tal incongruência não necessariamente culmina em uma atitude hostil perante o indivíduo menos valorizado (o que caracterizaria discriminação), mas pelo menos uma

diminuição de seu valor no contexto da atividade em questão. As autoras relatam que essa análise denota um passo à frente em relação aos estudos de Allport (1954).

Apesar de ter reconhecido que possa haver alguma racionalização no processo, Allport alicerçou seu conceito de preconceito na ideia de uma generalização infundada e inflexível. No entanto, muitos teóricos passaram a desconsiderar o critério da imprecisão teórica como necessário para a caracterização do preconceito, ao passo que também o removeram da maioria das definições de estereótipo. Ademais, a necessidade de antipatia para a existência de preconceito foi contestada no final do século XX por pesquisadores da área da sociologia, destacando como principal motivo alguns preconceitos “modernos”, como certas atitudes positivas dos homens em relação às mulheres, mesmo sendo elas menos respeitadas que eles.

Our framework thus retains Allport’s emphasis on feelings and beliefs about a social group but also emphasizes the social-structural position of targeted groups. We argue that the potential for prejudice exists when social perceivers hold a stereotype about a social group that is inconsistent with the attributes that are believed to be required for success in certain classes of social roles. We reject Allport’s (1954/1979) prescription that a stereotype must generally be an “exaggerated belief associated with a category” (p. 191). Regardless of the accuracy of the consensual beliefs held about a social group, prejudice consists of a lowering of the evaluation of members of the stereotyped group as occupants or potential occupants of an incongruent role, compared with the evaluation of members of groups for whom the role is congruent. This evaluative decline can occur regardless of whether or not the targeted *individual* fits the stereotype. (EAGLY & DIEKMAN, op. cit., p. 23)

O excerto acima deixa claras as duas diferenças básicas entre o conceito de preconceito de Allport e das autoras: ele considera a sociedade com um todo e afirma que o preconceito advém de uma crença exagerada associada a um grupo; elas analisam relações entre grupos sociais, o que relativiza todo o processo analítico, pois um determinado grupo pode ser alvo de preconceito em um determinado âmbito, mas não o ser em outro. Tal viés põe em pauta as motivações geradoras de preconceito, as quais parecem estar intrinsecamente ligadas a fatores conflituosos de disputa por posições sociais. Para ilustrar a situação, as autoras lançam mão do sexismo no ambiente de trabalho, que afeta muito mais mulheres que homens. Em outros âmbitos, no entanto, elas gozam de vantagens, atreladas às características que no contexto específico são valorizadas, e que, no trabalho, poderiam ser depreciadas. Mulheres são consideradas mais afetuosas, sensíveis e flexíveis no trato interpessoal, qualidades que, em quase todo lugar, são altamente apreciadas – exceto quando se consideram os cargos de chefia. Ainda segundo as autoras, homens seriam considerados biologicamente

mais aptos a tais cargos, mas, em contrapartida, poderiam despertar menor preferência em outras funções que envolvem tomar conta de pessoas ou prestar qualquer tipo de atendimento ao público. Ou seja, não é possível afirmar genericamente que mulheres sofrem preconceito. Contudo, ambas correntes concordam que, independentemente das qualificações e atitudes específicas de um indivíduo, ele terá uma recepção menos favorável caso pertença a um grupo considerado incongruente com os requisitos para se exercer determinado papel, em contraste com um que pertença a um grupo que os possua.

Como relata FISKE (2005), Allport causou uma revolução ao enunciar que o ser humano é natural e cognitivamente propenso a prejudicar, propondo uma alternativa à análise do preconceito como produto de relações psicodinâmicas complexas, em que é tratado (geralmente por leigos) como uma característica limitada a pessoas com antipatia a algum aspecto (pessoas estas que teriam impulsos anormais). Ademais, Allport (1954) ajudou a compreender que o ato de categorizar é uma atitude inteligente, consequência de uma necessidade de processar dados com eficiência, o que representa uma considerável vantagem adaptativa. Nessa perspectiva, o prejudicamento é inerente ao homem, automático e inconsciente, o que dificulta o seu reconhecimento por parte do indivíduo.

A fim de explicar como se dá o processo de categorização, Allport apontou algumas necessidades básicas do ser humano enquanto agente social: as pessoas necessitam se dividir em grupos a fim de garantir sua sobrevivência. Ao formarem o seu grupo, passam a competir com outros grupos. Essa competição estabelece uma dinâmica de interação própria, que depende, para a sua efetivação, em larga medida, da criação de rótulos. Essa operação de categorização (que, vale lembrar, não é deliberada) permite aos indivíduos agir no mundo. Quando um indivíduo se depara com outro identificado como pertencente a um grupo distinto, previamente categorizado, saberá, automática e inconscientemente, a maneira como interagir com ele. Portanto, a categorização intrínseca, por mais irracional e repleta de exceções que possa ser, fixa-se mais facilmente em nossa memória, carrega maior bagagem emocional e resiste firme às evidências contrárias que venham a surgir. A conclusão disso tudo é que prejudicamentos são estratégias de sobrevivência necessárias ao homem, e só se tornam um problema social quando passam a desagradar massivamente um determinado grupo.

People efficiently categorize other people, and thereby confuse some with each other, favor some over others, and notice the ones who stand out. Each of these processes occurs rapidly and widely in initial perception. (FISKE, op. cit., p. 38)

Social psychologists and their lay audiences have been shocked by how rapidly categories cue ingroup advantages to *us* and match outgroup Social Cognition stereotypes to *them*. For example (Gaertner & McLaughlin, 1983), white participants, primed with the words “whites” or “blacks”, then had to distinguish words from nonwords. Compared to “blacks”, the prime “whites” speeded decisions about white stereotypic words (ambitious, smart, clean). This result and others like it showed the rapid, apparently unavoidable impact of race, age, gender, and even literal “us–them” categories on prejudgment (FISKE, op. cit., p. 38-39).

Os excertos acima demonstram a propensão natural do ser humano a, além de categorizar, favorecer ou desfavorecer um indivíduo com o qual recém iniciou contato. Mais importante, quando há dois grupos em oposição, como no exemplo de Gaertner & McLaughlin (1983), negros e brancos, cada um deles, quando em contraste, monta rapidamente um arsenal de características positivas para si e negativas para o outro, ou seja, parece ser impossível evitar o impacto que etnia, gênero e aspectos das categorias denominadas pelos autores “nós–eles” (como exemplificado no caso dos negros e brancos) têm no prejulgamento. Mesmo que tenham contato com indivíduos exceção, ou seja, pessoas cujas características pessoais divergem dos estereótipos criados para o grupo a que pertencem, há dois fatores extremamente influentes que fazem com que tais indivíduos não sejam levados em conta para a categorização. Um deles é a forte tendência natural de se exagerar as diferenças intergrupais e minimizar as intragrupais, de modo a garantir a manutenção dos limites entre as categorias; o outro diz respeito às propriedades seletivas da memória.

The mind does not record every detail of an event, but only a few features; we fill in the rest based on what "must have been." For an event to make it into long-term storage, a person has to perceive it, encode it and rehearse it – tell about it – or it decays. (This seems to be the major mechanism behind childhood amnesia, the fact that children do not develop long-term memory until roughly the age of 3. Otherwise, research finds, even emotional experiences we are sure we will never forget – the Kennedy assassination, the Challenger explosion – will fade from memory, and errors will creep into the account that remains. (TAVRIS, 1993, p.1)

Em outras palavras, mesmo que haja contato com um ou mais indivíduos exceção, as convicções sistemáticas do grupo a que pertence serão automaticamente candidatas mais aptas a permanecerem na memória da pessoa, apagando assim o detalhe contraditório que, por algum instante, colocou o alicerce da categoria em risco, mas que não se perpetuará. A memória humana é falha, necessita da criação de padrões e estereótipos para que não misture as informações e consiga identificar e diferenciar coisas no mundo, por isso a importância da categorização: em inúmeras situações o que realmente permanece armazenado é o que se

ouviu falar incessantemente, ou o que aparentou no momento, a despeito do que de fato ocorreu.

4. A CONTRIBUIÇÃO DE BOURDIEU PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS

Embora a Sociologia, em sua abordagem mais ampla, trate de uma série de preconceitos que merecem atenção, pouca ênfase tem dado à manifestação do problema na área da linguagem, a qual não encontra limites culturais. Entre os diversos autores que colaboraram para a compreensão desse tipo de preconceito, merecem destaque Pierre Bourdieu e William Labov³, por suas ideias seminais a respeito do tema. A análise de Bourdieu, situada no campo da própria Sociologia, contribuiu de modo significativo para a compreensão dos mecanismos sociais subjacentes à constituição do preconceito linguístico.

Pierre Bourdieu (sociólogo, antropólogo e filósofo) contribuiu enormemente para o cenário da Sociolinguística, introduzindo alguns conceitos-chave, como capital simbólico, cultural e social, *habitus* e mercado linguístico. Sua obra contribuiu imensamente para a análise de um tipo bastante peculiar de preconceito, o preconceito linguístico. Antes de tudo, é necessário entender que, para Bourdieu, todas as relações sociais são por natureza relações de poder:

“[...] one must show that, although it is legitimate to treat social relations – even relations of domination – as symbolic interactions, that is, as relations of communication implying cognition and recognition, one must not forget that the relations of communication *par excellence* – linguistic exchanges – are also relations of symbolic power in which the power relations between speakers or their respective groups are actualized. In short, one must move beyond the usual opposition between economism and culturalism, in order to develop an economy of symbolic exchanges. (BOURDIEU, 1991, p. 37)

Segundo ele, obviamente, as trocas linguísticas consistem em situações em que as ideias dos falantes são constantemente codificadas e decodificadas (através da linguagem); contudo, não se pode esquecer de que toda relação de comunicação é, em princípio, uma relação de poder, a qual se concretiza justamente nessa situação. Ou seja, qualquer discurso ocorre no contexto de um *habitus* linguístico⁴. Esse *habitus*, no entanto, não decorre de uma

³ Embora a menção a Labov seja necessária, suas ideias não serão discutidas neste trabalho. A opção resulta do desenho pretendido, no qual o tema preconceito linguístico é avaliado em sua dimensão social mais ampla.

⁴ Para Bourdieu, *habitus* linguístico é o conjunto de ideias e representações socialmente estruturadas que se estabelecem na subjetividade do indivíduo através da participação em diferentes contextos sociais ao longo de sua vida. Esse conjunto de ideias e representações influencia concretamente pensamento, discurso e ações, de modo que implica propensão a dizer certas coisas e certa capacidade de falar, a qual, por sua vez, envolve tanto a competência para produzir um número infinito de enunciados, quanto a habilidade de adaptar essa competência ao contexto social no qual se profere um discurso.

mera estipulação externa; ele resulta de uma valoração que se estabelece no mercado linguístico. O conceito de mercado linguístico alude claramente ao de mercado econômico, pois compara as relações linguísticas às relações econômicas: o discurso é o produto (não material, mas simbólico) oferecido. Ao interlocutor corresponde o papel do comprador, que, inserido no jogo das relações simbólicas, é capaz de reconhecer o valor dos produtos expostos no mercado linguístico. Toda interação que envolve linguagem, mesmo entre duas pessoas, representará uma espécie de micromercado, o qual reflete um macro, controlador do sistema de sanções e censuras linguísticas.

Bourdieu explica que os conceitos de habitus e mercado linguístico e suas relações/consequências intrínsecas não visam derrubar a análise da língua estritamente como um código, mas sim explorar a enorme influência que a condição social do indivíduo exerce sobre seus enunciados, alertando o linguista que segue tal orientação para as falhas com as quais irá lidar no percurso, pois a linguística em si não oferece as ferramentas necessárias para avaliação do fenômeno como um todo, já que as relações linguísticas surgiram posteriormente às sociais. Em outras palavras, a língua está sujeita às relações sociais: os vocábulos/expressões adquirem significado quando utilizados de fato, o que varia de acordo com a posição social que ocupa o indivíduo que os enunciou.

Grammar defines meaning only very partially: it is in relation to a Market that the complete determination of the signification of discourse occurs. [...] The objective meaning engendered in linguistic circulation is based, first of all, on the distinctive value which results from the relationship that the speakers establish, consciously or unconsciously, between linguistic product offered by a socially characterized speaker, and the other products offered simultaneously in a determinate social space. It is also based on the fact that the linguistic product is only completely realized as a message if it is treated as such, that is to say, if it is decoded and the associated fact that the schemes of interpretation used by those receiving the message in their creative appropriation of the product offer may diverge, to a greater or lesser extent, from those which guided its production. Through these unavoidable effects, the market plays a part in shaping not only the symbolic value, but also the meaning of discourse. (BOURDIEU, op. cit., p. 38)

De acordo com o autor, religião e política atingem com maior sucesso seus efeitos ideológicos explorando a polissemia inerente às palavras comuns; em uma sociedade diferenciada, tais palavras assumem sentidos diferentes, pois os membros da mesma “comunidade linguística” utilizam basicamente a mesma linguagem. Bakhtin é citado para lembrar o quão flutuante são os sentidos assumidos pelas palavras: em situações de revolução,

palavras comuns podem adquirir sentidos opostos, pois a forma é capaz de permanecer a mesma ao longo dos anos; contudo, não existe sentido imutável, muito menos palavra utilizada de forma neutra: a expressão *soigné* (puro, limpo, organizado), por exemplo, utilizada por integrantes da classe médio-baixa, é rejeitada por intelectuais, para os quais ela evoca justamente o vocabulário utilizado pela baixa burguesia, a qual, por sua vez, é associada semanticamente a tudo que é mesquinho, baixo e mal-intencionado. No caso da religião, o efeito ideológico da unificação dos opostos ou negação das diferenças no discurso serve para o propósito de atingir o maior número de fiéis possível, os quais, apesar de possuírem interesses e intenções divergentes (até mesmo por ocuparem posições sociais diferentes), terão mais chances de reinterpretar a palavra espiritual e aplicá-la no seu contexto; diferentemente da matemática, cuja linguagem é específica e pouco mutável, sendo os únicos capazes de apreendê-la plenamente (e, por conseguinte, ajudar a manter as características que a definem) os matemáticos. No entanto, matemática e religião são fundamentalmente universais, cada uma à sua maneira.

Communication between classes (or, in colonial or semi-colonial societies, between ethnic groups) always represents a critical situation for the language that is used, whichever it may be. It tends to provoke a return to the sense that is most overtly charged with social connotations: 'When you use the word *paysan* (peasant) in the presence of someone who has just left the countryside, you never know how he is going to take it.' Hence there are no longer any innocent words. This objective effect of unveiling destroys the apparent unity of ordinary language. Each word, each expression, threatens to take on two antagonistic senses, reflecting the way in which it is understood by the sender and the receiver. (BOURDIEU, op. cit., p. 40)

Novamente Bourdieu atenta para a impossibilidade de existência de um discurso imparcial. A língua é um instrumento comunicativo, mas desde a escolha de palavras até a forma como se organizam são permeadas pela influência de interesses sociais, daí a importância das definições de *habitus* e mercado linguístico para qualquer análise linguístico-interacional. O autor aprofunda a questão das relações de poder da língua afirmando que, tão essencial quanto analisar os discursos político e religioso como universalmente construídos (a fim de que, apesar das posições diferentes – muitas vezes opostas – que os grupos ocupam na sociedade, todos se identifiquem com a mensagem transmitida) é reconhecer que eles conservam as posições que os diferentes grupos ocupam na sociedade, pretendendo convencê-los a aceitar consentidamente o papel que seus integrantes têm a exercer no grande grupo, seja ele dominante ou dominado. A sociologia precisa sempre levar em consideração a autonomia da linguagem, sua lógica e regras de funcionamento específicas.

All religious theologies and all political theodicies have taken advantage of the fact that the generative capacities of language can surpass the limits of intuition or empirical verification and produce statements that are *formally* impeccable but semantically empty. Rituals are the limiting case of situations of *impositions* in which, through the exercise of a technical competence which may be very imperfect, a social competence is exercised – namely, that of the legitimate speaker, authorizes to speak and to speak with authority. (BOURDIEU, op. cit., p. 41)

Bourdieu conclui, então, que, ao contrário do que grande parte dos linguistas afirma, é o espaço que define a língua, é o mercado linguístico que define o seu valor, e é o *habitus* linguístico que o perpetua. A escolha da variante legítima surge através das relações de poder entre os usuários da língua que convivem em um mercado linguístico previamente construído, no qual já foram comparadas, avaliadas e etiquetadas as variantes. Quem domina o poder político no espaço também subjuga a língua, através do controle das instituições que reproduzem essa hierarquia, incorporando-a ao *habitus* linguístico até mesmo dos usuários das variantes de pouco prestígio, os quais desde cedo começam a aceitar (e repassar) essas relações de poder.

The official language is bound up with the state, both in its genesis and in its social uses. It is in the process of state formation that the conditions are created for the constitution of a unified linguistic market, dominated by the official places (schools, public administrations, political institutions, etc.), this state language becomes the theoretical norm against which all linguistic practices are objectively measured. Ignorance is no excuse; this linguistic law has its body of jurists – the grammarians – and its agents of regulation and imposition – the teachers – who are empowered *universally* to subject the linguistic performance of speaking subjects to examination and to the legal sanction of academic qualification. (BOURDIEU, op. cit., p. 45)

O sociólogo explica como ocorreu o processo de unificação linguística na França, o qual acompanhou o erguimento do estado monárquico: os dialetos e linguagens literárias foram aos poucos sucumbindo perante a língua desenvolvida em círculos cultos de Paris, a qual terminou por receber o status de língua oficial, passando assim a ser tomada como base para a escrita, ao passo que as outras começaram a ser depreciadas, tratadas como variação à norma, principalmente pelo fato de terem sua forma escrita descontinuada oficialmente. Consequentemente, terminaram sendo utilizadas apenas por camponeses, os quais eram iletrados, o que rebaixou ainda mais sua imagem e a de seus falantes. A partir do século XVI, através da contínua influência de uma organização administrativa ligada ao poder real, o dialeto parisiense passou a tomar o lugar dos dialetos provincianos nos documentos legais, o que não foi o suficiente para extinguir o uso escrito desses dialetos. Então, ao passo que as classes mais baixas (em especial os camponeses) estavam limitadas ao dialeto local, a

aristocracia, a alta e em especial a baixa (letrada) burguesia tinham acesso constante à língua oficial (francês), escrita ou falada, ao mesmo tempo em que também sabiam usar o dialeto (o qual ainda era utilizado na maioria das situações particulares e mesmo nas públicas), trabalhando como mediadores. Logo, os membros dessas burguesias (padres, professores e médicos) obtiveram grandes benefícios da política revolucionária da unificação linguística: a promoção da língua oficial ao status de língua nacional garantiu-lhes, na prática, monopólio sobre a política, mais abrangentemente com o governo central e seus representantes.

A imposição de uma língua legítima em oposição aos dialetos foi, portanto, uma peça-chave da estratégia política que visou solidificar os ganhos da Revolução através da produção e reprodução do “novo homem”. O conflito entre o francês dos intelectuais revolucionários e os dialetos foi uma batalha por poder simbólico, na qual o que estava em jogo era a formação e re-formação das estruturas mentais; não foi apenas uma questão de comunicação, mas sim de reconhecimento para uma nova língua de autoridade, com um novo vocabulário político, termos, referências, metáforas, eufemismos e, acima de tudo, a representação do mundo social pretendida, elementos estes que, por estarem ligados a novos interesses de novos grupos, tornam-se inexpressivos quando transmitidos através de uma forma linguística que exprime caracteristicamente os interesses de grupos camponeses.

Thus, only when the making of the ‘nation’, as entirely abstract group based on law, creates new usages and functions does it become indispensable to forge a *standard* language, impersonal and anonymous like the official uses it has to serve, and by the same token to undertake the work of normalizing the products of the linguistic habitus. The dictionary is the exemplary result of this labour of codification and normalization. It assembles, by scholarly recording, the totality of the *linguistic resources* accumulated in the course of time and, in particular, all the possible uses of the same word (or all the possible expressions of the same sense), juxtaposing uses that are socially at odds, and even mutually exclusive (to the point of marking those which exceed the bounds of acceptability with a sign of exclusion such as *Obs.*, *Coll.* or *Sl.*). (BOURDIEU, op. cit., p. 48)

5. NOVOS ASPECTOS NA ABORDAGEM DO PRECONCEITO

Como mencionado anteriormente, o capítulo 1 do “Preconceito Linguístico” é, deliberadamente ou não, o mais impactante em termos de reavaliação da sociedade (e suas relações estratificadoras) da qual o indivíduo faz parte, em especial por se dedicar a desfazer alguns mitos que, de acordo com Bagno, se criaram acerca do português brasileiro.

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica. Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o preconceito lingüístico. (BAGNO, op. cit., p. 13)

O principal problema no argumento é a abordagem do termo “preconceito linguístico” como se este fosse um mal mundialmente reconhecido, quando, na verdade, é um termo de caráter única e exclusivamente acadêmico (da área de Letras). Como demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, todo preconceito se origina em uma incongruência, resultando normalmente da incompatibilidade de crenças que dizem respeito a certos atributos tipicamente possuídos pelos membros de um grupo social (seu estereótipo) e as crenças a respeito dos atributos que facilitam a conquista do sucesso em papéis sociais de prestígio (EAGLY E DIEKMAN, op. cit.).

Grosso modo, para que haja preconceito, é preciso haver dois grupos portadores de algum aspecto socialmente relevante (contrastante, logicamente). Um dos aspectos em oposição passa a ser amplamente depreciado em um ou mais âmbitos sociais, dificultando (ou até mesmo barrando) a inserção do indivíduo que o possui (a despeito de suas qualidades particulares) no(s) grupo(s) em que tal aspecto é desvalorizado.

O trabalho desenvolvido no âmbito da Sociologia é muito importante para produzir um maior esclarecimento sobre o que é o preconceito. Essa é, no entanto, uma compreensão esclarecida, academicamente forjada. Outra questão importante (mais ainda quando se trata de analisar a dinâmica da luta entre linguistas e sociedade, de um modo geral, no que se refere ao preconceito linguístico) é definir o que vem a ser considerado preconceito pela própria sociedade. Isso porque as pessoas podem ostentar um determinado preconceito facilmente

detectável aos olhos do cientista social, mas amplamente ignorado pelos componentes do seu grupo ou da sociedade. Um exemplo histórico é o do preconceito racial no período da escravidão. É bem provável que, no tempo do tráfico negreiro, a sociedade europeia não se considerasse preconceituosa quanto a questões raciais.

Group members are perceived to be adapted to their accustomed social roles and therefore seem unqualified for new roles with different demands. The prejudice against these potential role occupants, however, goes unrecognized unless agitation for roles is at least moderately widespread. Therefore, in popular and social-scientific discourse, “gender prejudice” is understood to refer to prejudice against women, many of whom have been striving to attain new roles. Similarly, as Blacks attempt to obtain roles that have been dominated by Whites, “racial prejudice” has come to refer to prejudice against Blacks. In this vein, Allport’s focus on racism and omission of sexism ironically illustrate his point that prejudices, though they exist before they are “problematized,” become recognized as prejudices only when social movements challenge the status quo. (EAGLY & DIEKMAN, op. cit., p. 29)

Curiosamente, não se encontra, no âmbito dos estudos sociológicos, uma definição de preconceito relativizada para grupos específicos e, em última instância, para a sociedade. Essa pode não ser uma questão importante quando se trata da discussão pura sobre o preconceito, mas certamente é um aspecto essencial no debate mais engajado acerca das estratégias de combate a posturas preconceituosas. Quando a discussão gira em torno das estratégias para atacar um preconceito, não basta que o cientista o reconheça, é preciso que a sociedade que o perpetra também perceba a sua existência. Atualmente, esse é o caso do preconceito racial: ninguém, sem exceção, nega que ele exista.

Caso distinto é o do preconceito linguístico: enquanto um grupo o reconhece (o dos linguistas), a sociedade não o reconhece, o que torna o combate a ele muito mais complexo. As pessoas sofrem as consequências do preconceito linguístico, mas não o consideram um preconceito, para elas essa antipatia gerada não é infundada. Além do mais, essa constatação indica a necessidade, para discutir o tema com propriedade, de definir o que é preconceito para um grupo e o que é preconceito para a sociedade, já que, como se pode notar, tanto grupos específicos como a sociedade em geral são capazes de, em determinados momentos, reconhecer a existência de preconceitos.

Definição: Preconceito para um grupo

Impulso coletivo de teorização que se articula em torno do objetivo de demonstrar que determinado tipo de indivíduo tem um valor menor (mais raramente maior) em algum aspecto socialmente relevante, impulso este que o grupo, de uma forma mais ampla, identifica ou sente-se impelido a identificar como desumano, imoral, irracional ou acientífico.

O que a definição procura estabelecer é que, para um determinado grupo, uma visão é considerada preconceituosa quando é reconhecida por ele como parte de um impulso mais geral de depreciação de determinado tipo de indivíduo. O que o grupo reconhece, então, é um impulso coletivo de teorização. Essa teorização, evidentemente, não precisa ser vista como um corpo muito organizado, apenas como um arranjo de ideias destinado a fornecer alguma justificção razoavelmente racional para o preconceito. Para que o grupo considere alguma concepção como preconceituosa, no entanto, é necessário que se sinta impelido a tomá-la como sendo fundamentalmente irracional, desumana ou imoral.

De acordo com a definição proposta, nada impede que um indivíduo se perceba como preconceituoso por fazer parte do grupo que condena seu ponto de vista. Nesse caso, sente-se impelido por esse grupo a considerar seu próprio esforço de teorização como um comportamento inaceitável, de modo que tenderá a reprimir a manifestação de seus pontos de vista em função de uma coerção coletiva. Quando se fala do reconhecimento de um preconceito, a consciência coletiva (intragrupal) é elemento crucial. Apenas para exemplificar, tratemos da relação entre médicos e acupunturistas. Há algum tempo, talvez fosse consenso entre os médicos a consideração da acupuntura como uma forma acientífica de tratamento. Atualmente, mesmo que o avanço da ciência tenha comprovado a fundamentação da acupuntura, é possível que alguns médicos ainda a vejam como uma forma de charlatanismo. Mesmo que médicos isolados acreditem ter argumentos suficientemente articulados para sustentar seu ponto de vista, é provável que se sintam impedidos de manifestar publicamente visões contrárias à acupuntura, pois ela atualmente ocupa uma posição sólida no mercado de tratamentos terapêuticos.

Portanto, o que é preconceito para um grupo, como não poderia deixar de ser, se estabelece de modo coletivo, dependendo, muitas vezes, do reforço que costuma ter origem na opinião de membros prestigiados do grupo. O que é considerado preconceito por um grupo, no entanto, não necessariamente o é pelo grupo social mais amplo, e, a fim de que passe a ser,

é necessário, logicamente, que ao menos um grupo mais restrito o tenha feito primeiramente. No momento em que a consciência do grupo extrapola em consciência social, há o que se pode chamar de preconceito para uma sociedade.

Definição: Preconceito para uma sociedade

Impulso coletivo de teorização que se articula em torno do objetivo de demonstrar que determinado tipo de indivíduo tem um valor menor (mais raramente maior) em algum aspecto socialmente relevante, impulso este que a sociedade, de uma forma mais ampla, identifica ou sente-se impelida a identificar como desumano, imoral, irracional ou acientífico.

Mais uma vez, “impulso coletivo de teorização” pretende representar uma vontade, um esforço (que pode encontrar maior ou menor motivação nas características objetivas do grupo-alvo) de depreciar (mais raramente exaltar) um determinado grupo. Como exemplo de “preconceito para uma sociedade”, temos dois bastante em voga atualmente, o sexismo e a homofobia.

Via de regra, a consciência que se desenvolve no âmbito mais restrito de grupos surge naquele que é vitimado pelo preconceito. Naturalmente, esse grupo passa a se movimentar no sentido de exigir o cumprimento de seus direitos. Esse passo inicial, dependendo das condições sociais, pode encontrar eco em outros grupos que, ao se identificarem com a causa, passam a somar forças na direção da superação do preconceito.

Nesse sentido, o caso do preconceito linguístico é atípico. A desvalorização do indivíduo pela utilização de uma variante popular é considerada “desumana, imoral, irracional ou acientífica” apenas e unicamente pelos linguistas e estudiosos da área: a sociedade identifica tal julgamento como tão natural quanto fechar a janela do carro ao parar em um cruzamento quando o semáforo aponta o sinal vermelho. Os linguistas, salvo raríssimas exceções, sabem perfeitamente utilizar a variante culta; aqueles que são alvo do preconceito linguístico, obviamente, não. Mesmo assim, eles tendem a deixar suas posições sociais confortáveis e se engajar num combate à depreciação das variantes populares, ao passo que os utilizadores desta são e sempre foram impelidos a construir historicamente uma visão maniqueísta da língua, polarizando-a em certo e errado, boa e ruim, enraizando naturalmente a validação do merecimento, por parte dos que falam a língua correta, de respeito e prestígio.

Se as vítimas do “preconceito linguístico” não o reconhecem (vale ressaltar: sofrem com as atitudes preconceituosas em relação à língua que utilizam, reconhecem que lhes faz mal, mas não consideram essa atitude desumana, imoral, irracional ou acientífica), muito menos os pertencentes aos estratos sociais mais privilegiados, como fica evidente na fala do comentarista político da Rádio CBN Merval Pereira, o qual, ao ouvir a expressão “preconceito linguístico”, retrucou, em tom de estupefação, em uma transmissão da emissora.

Imagina... Isso aí é um absurdo total, quer dizer, a pessoa falar direito o português, bem o português, é ter preconceito, você falar errado e ser corrigido, você é preconceituoso se você faz isso, isso aí é um absurdo, isso aí é uma visão deturpada do que seja, não é nem do que seja o português, do que seja ensinar alguma coisa para alunos, não tem sentido, não tem lógica nenhuma isso... (website Rádio CBN)

Como explanado, o reconhecimento do preconceito, via de regra, ocorre a princípio dentro do próprio grupo que o sofre, o qual, ao se dar conta (de maneira generalizada) da situação, aos poucos começa a se organizar em pequenas manifestações e dar início a uma disputa por posições político-sociais. As transformações iniciam-se de fato quando o preconceito ultrapassa de maneira efetiva os limites do grupo, então a sociedade, de uma forma mais ampla, passa a identificar (ou sentir-se impelida a identificar) o impulso coletivo de teorização (que se articula em torno do objetivo de demonstrar que determinado tipo de indivíduo tem um valor menor, mais raramente maior, em algum aspecto socialmente relevante) como desumano, imoral, irracional ou acientífico. Portanto, se os utilizadores das variantes populares desconhecerem o preconceito linguístico, este tem pouquíssimas chances de ser extinto.

Group members are perceived to be adapted to their accustomed social roles and therefore seem unqualified for new roles with different demands. The prejudice against these potential role occupants, however, goes unrecognized unless agitation for roles is at least moderately widespread. Therefore, in popular and social-scientific discourse, “gender prejudice” is understood to refer to prejudice against women, many of whom have been striving to attain new roles. Similarly, as Blacks attempt to obtain roles that have been dominated by Whites, “racial prejudice” has come to refer to prejudice against Blacks. In this vein, Allport’s focus on racism and omission of sexism ironically illustrate his point that prejudices, though they exist before they are “problematized,” become recognized as prejudices only when social movements challenge the status quo. (EAGLY & DIEKMAN, op. cit., p. 29)

Outro fator essencial que dificulta o combate ao preconceito linguístico é o desconhecimento do papel que os linguistas exercem na sociedade: embora o debate proposto por eles seja embasado em um conhecimento produzido academicamente, há outro grupo que disputa a mesma posição social, o dos gramáticos e professores tradicionais de português, e é a estes que se incumbiu historicamente o papel de preservar e transmitir a língua, alicerçados nos maiores símbolos de autoridade linguística, a gramática tradicional e os dicionários (“pai dos burros”, “amansa-burro”). Mais que isso, no imaginário popular, são eles que tratam (e devem continuar tratando) de todas as questões referentes ao ensino de língua portuguesa.

O capítulo próximo analisa um acontecimento em nível nacional que ilustra como a relação entre língua, sociedade, gramáticos e linguistas se concretiza.

6. O CASO DO LIVRO QUE “ENSINA A FALAR ERRADO”

Em meados de abril, foi lançado e distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de todo o Brasil um livro multidisciplinar intitulado “Por uma vida melhor”, volume 2 da coleção “Viver, aprender”. A publicação causou polêmica devido ao capítulo que trata de Língua Portuguesa, escrito pela professora Heloísa Ramos, o qual apresenta aos alunos frases que fogem à norma padrão, afirmando que “se pode falar assim”, aludindo claramente à noção popular de certo e errado em língua portuguesa. Quando a grande mídia e os meios de comunicação tomaram ciência da publicação, eclodiu um alvoroço em nível nacional, engatilhando debates nos mais diversos meios, desde blogs na Internet até telejornais das principais emissoras do país (em horário nobre).

O foco do capítulo em questão, intitulado “Escrever é diferente de falar” é autoexplicativo. A autora inicia-o explorando a comum insegurança ao se escrever um texto, manifestada até mesmo por escritores/leitores experientes; tal hesitação, segundo ela, dá-se em especial pelas diferenças entre o ato de falar e o de escrever, este aprendido de maneira formal, aquele, natural. Em seguida, explicita que estudará ao longo do capítulo uma das variedades da língua portuguesa, a norma culta, mas que, para entendê-la, é necessário antes conhecer alguns conceitos, i.e., a existência de mais de uma forma de se falar e escrever, as quais variam de acordo com a região ou a classe social, porém são todas eficientes na comunicação. Ademais:

A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana. (RAMOS, 2011, p. 12)

O trecho que gerou maior revolta nacional foi o denominado “A concordância entre as palavras”, que mostra exemplos oriundos da chamada pela autora “norma popular”: “Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado.” Segundo ela:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. [...] Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’.” Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (RAMOS, op. cit., p. 15)

Em seguida, trata de concordância verbal, afirmando que, na variedade popular, são comuns concordâncias do tipo “Nós pega o peixe” e “Os menino pega o peixe”.

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala. (RAMOS, op. cit., p. 16)

A reflexão que a reação social gerou no ambiente acadêmico da área de Letras foi bastante interessante, especialmente entre os linguistas, que, no geral, reagiram contra a manifestação da mídia de forma não menos veemente. O intuito deste capítulo é realizar uma breve análise de um exemplo de como esse debate se concretizou entre os estudiosos de linguística. O material de análise escolhido foi a CVL, Comunidade Virtual da Linguagem, a qual foi palco de um intenso debate a respeito do assunto. Embora a CVL seja apenas uma das instâncias do debate que se estabeleceu, este trabalho limita-se a analisar algumas manifestações ali encontradas, já que essa lista de discussão pode ser tomada como um dos espaços representativos do debate de questões linguísticas no país. Alguns exemplos ilustram bem a indignação dos linguistas em relação às críticas à presença da variação linguística em sala de aula⁵:

⁵ Os trechos a seguir foram extraídos de mensagens postadas para o grupo Comunidade Virtual de Linguística.

Mais um falando sobre um tema que desconhece e atacando professores. Falantes de qualquer idioma praticam em todos os momentos da fala e da escrita, por desconhecimento de regras, por má formação escolar e também por adequação a um determinado contexto sociocultural. É como a roupa que vestimos: não se usa o mesmo tipo de vestimenta para todo e qualquer evento; a roupa também tem a ver com quem a usa. [...] Não se trata de defesa do erro, mas de apresentar diferentes registros de linguagem, presentes, no dia a dia, nas falas de personagens da literatura. Será que ninguém percebe? (Prof.^a Diva Calles)

Creio que nós, linguistas, deveríamos nos manifestar fortemente contra esse tipo de comentário superficial na mídia. Falta, no mínimo, responsabilidade quando um jornalista se propõe a tratar de um assunto que não conhece, sem fazer uma pesquisa séria. (Prof.^a Palmira Virginia Bahia Hein)

Esse áudio mostra o que pode fazer uma imprensa irresponsável munida da face tirana da ignorância - a face dos que pensam saber o que verdadeiramente não sabem. Grande parte de nossos jornalistas desconhecem completamente o assunto e se armam dos mais pobres argumentos do senso comum confundindo alhos com bugalhos. Misturam tudo, gramática, norma culta, linguística, a língua das ruas, comunicação e escrita - tudo no mesmo saco. Nem vamos falar dos que não viram o livro, não leram e nem querem saber do que se trata, mas aproveitam para fazer política. (Prof.^a Ana Donnard)

Esses trechos demonstram uma falta de visão da construção social que se faz da língua; ao invés disso, tomam-na como ensimesmada, como alvo do preconceito, sendo que na realidade os falantes de “Nós pega” sofrem preconceito em muitas outras esferas antes de o sofrerem na língua, ou seja, independentemente da concordância que façam, continuarão à margem da sociedade em diversos aspectos. Como consequência lógica, esses professores ficaram revoltados, pois na academia aprendemos que falar “Nós pega” ou “Nós pegamos” não constitui diferença intelectual entre os enunciadores, apenas que o primeiro faz parte de um contexto social em que é comum falar “Nós pega”, e o segundo está acostumado a ouvir “Nós pegamos”. No entanto, quando não estão bem claras as relações de poder simbólico entre da língua, e como surge um padrão linguístico ou uma variante passa a ganhar prestígio, a discussão parte para o sentimentalismo, seguida de troca de ofensas.

- a) “imagina” - A forma verbal adequada deveria ser “imagine” (você), ou seja, o comentarista deveria ter usado a 3ª. pessoa do singular no modo imperativo, pois dirigia-se ao apresentador com quem estava dialogando no ar. A forma verbal ‘imagina’ é relativa à 2ª. pessoa do singular (tu) do modo imperativo;
- b) “você falá” – Há a omissão do ‘r’ final neste e em vários outros verbos e locuções verbais (aceitá, pode sê, vai fazê, estudá, transformá, justificá, querê, politizá etc.) que permeiam o comentário. Usando o mesmo rigor do comentarista purista, tal omissão constituiria uma inadequação de pronúncia do verbo, “ato falho” também classificado por muitos gramaticos de “vício de linguagem”. Imagina você, leitor, como agora ficará a imagem deste jornalista depois de empregaR tantos verbos sem ‘r’. Seus ouvintes não vão lhe perdoaR.
- c) “né? – A contração do advérbio ‘não’ com o verbo ‘ser’ empregado na 3ª. pessoa do singular, ‘é’, aparece com frequência no texto oral do jornalista. Se ele tivesse sido mais cuidadoso com a própria linguagem teria preferido a forma ‘não é?’ e assim tiraria a naturalidade da fala própria do veículo rádio. (Prof. Antonio Carlos Xavier)

O trecho acima foi extraído de uma carta do Prof. Xavier à emissora de rádio CBN em resposta às asserções do comentarista político Merval Pereira, criticando o livro “Por uma vida melhor”. É possível reconhecer ecos dos argumentos bagnistas, os quais, na tentativa de justificar a não concordância de quem fala “Nós pega”, acusa o sr. Pereira de também estar em desacordo com a norma padrão, ignorando, assim como Bagno, as diferenças entre norma padrão, variante culta e variante popular. O mesmo ocorre no trecho a seguir, em que o professor em questão também não consegue aceitar o fato de que há “erros” mais estigmatizados que outros, ou, em outras palavras, há formas que, mesmo estando em desacordo com a norma padrão, não são motivo de escárnio em determinados contextos (embora em alguns ainda o sejam, mas isso até que a variante culta a incorpore totalmente).

Sabe aquele ditado: de médico e louco, todo mundo tem um pouco? Pois devia ser: “de linguista e louco, todo mundo tem um pouco.” Qualquer jornalista se arroga o direito de falar sobre língua como se entendesse do riscado. É como se um engenheiro quisesse dizer a um físico como funciona a matéria. Teoria das cordas? Rá, isso é balela, o mundo funciona muito bem sem essa teoria há séculos. E daí vem o Bechara e diz que uma coisa é a pesquisa na universidade e outra é o ensino. Como é que é? Então devemos esconder da sociedade o que a universidade vem descobrindo em termos de língua? Tipo: olha, todo falante do português comete um ‘deslize’ na concordância, mas não contem pra eles, errar a concordância com sujeito posposto não é tão feio quanto errar com o sujeito anteposto ou entre os membros do sintagma nominal... Parece que em termos de língua a pesquisa tem que ficar confinada na universidade, enquanto em outras áreas não. O professor precisa ser um vigarista, por esconder a verdade: o grau não é flexão, mas continua entre as flexões por imposição da NGB (Nomeclatura Gramatical Brasileira), que não é atualizada há 50 anos. (Prof. Luisandro Mendes de Souza)

Como era de se esperar, Bagno foi citado inúmeras vezes na comunidade como referência no assunto, chegando a ser considerado, pelo professor abaixo, precursor da politização da atividade sociolinguística (além da menção em outros websites e revistas, como a *Veja*, que o denominou, em uma de suas matérias sobre o assunto, “um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil”).

Mas, para essas pessoas, eu gostaria de lembrar como realmente começou a politização da atividade da sociolinguística e a transformação das discussões acadêmicas em ação político-ideológica.

Por isso, o leitor e a leitora não deverão se espantar com o tom **MARCADAMENTE POLITIZADO** de muitas de minhas afirmações. É proposital; aliás, é inevitável.

Como eu já tinha avisado na abertura do livro, falar da língua é **FALAR DE POLÍTICA**, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista.

É com este amor que me defendo das acusações que às vezes recebo de ser autor de um livro “demagógico”. Não é demagogia: é opção consciente, **POLÍTICA, DECLARADAMENTE PARCIAL**. (Prof. Rerisson Cavalcante)

Em verdade, o próprio livro iniciador da polêmica fez uso da lógica bagnista, na medida em que colocou no mesmo grupo pessoas que falam “Os livro” e “Nós pega”, tratou o preconceito linguístico de forma descontextualizada, tomou-o como reconhecido socialmente, não abordou a questão da valoração linguística (nem como ocorrem em diferentes contextos) etc. No entanto, o foco deste trabalho não é a análise detalhada do livro didático, e sim a reação causada nos profissionais da língua.

Posta a questão da variação e do preconceito linguístico no livro didático, a CVL passou a ser palco de uma intensa discussão, na qual foram abordados diversos aspectos do tema. Este espaço não comporta uma análise de todos esses aspectos, motivo pelo qual se concentra em uma das discussões mais relevantes empreendidas, aquela que diz respeito ao caráter político da ciência, mais especificamente, da linguística. Um dos pontos de vista sustenta que o fazer linguístico não pode ser uma atividade política, posição assumida pela pesquisadora Lúcia Quental, conforme se pode observar na passagem a seguir.

Minha convicção é que a linguística é uma ciência e sua atividade não é política no sentido normal da palavra (visar o bem comum ou algo assim), é científica. Não creio que precise descrever aqui como é essa atividade, desde a formação de hipóteses, passando por registros de dados naturais até generalizações captadas em forma de regras ou princípios.

Não creio também que os livros do Marcos Bagno sejam relatórios científicos quer em forma de artigo ou de livro. Na minha percepção são livros de divulgação científica e como tal com um forte viés político. A marca típica do texto científico é um estilo claro, não ambíguo e baseado em dados. Deve demonstrar explicitamente a tese do autor e ter informações suficientes para que a pesquisa seja replicável. A função desta linguagem é a cognitiva, e não a exortativa ou persuasiva, própria da política.

Então, eu diria que o Marcos Bagno usa dois chapéus, se me permitem a imagem. Um é o do jovem especialista engajado, que escreve livros de divulgação científica e romances, com o mesmo objetivo. Este é o político. O outro, que aliás nunca li, imagino que seja o linguista e este não pode escrever artigos científicos com o viés que mostra em seus livros. Certamente sua tese deve ter sido escrita em estilo acadêmico.

Não estou contra. Felizmente o país é livre e podemos externar nossas opiniões (quase) sem medo de apanhar. Às vezes apanhamos de um grupo aqui ou acolá, mas não há mais DOPS ou DOI-CODI. Então, que o Marcos Bagno continue livremente escrevendo o que lhe der na telha. E quem tiver opinião contrária, que escreva também, muitos e bons livros. Só nos enriquecemos com isso.

À posição expressa por Lúcia opõe-se uma segunda, para a qual o fazer linguístico é fundamentalmente político, como se observa na passagem a seguir, extraída de uma mensagem do pesquisador Adail Sobral na mesma lista de discussão (CVL).

Antes de tudo, não falei apenas do Bagno. Falei do fato de haver se delineado uma postura política no debate e combati a "neutralidade". Porque ser neutro é já favorecer quem está ganhando (não falo de partidos).

Jamais disse que a linguística é atividade política ou política per se.

Disse que "Finalmente se reconheceu que a linguística, como tudo, é política!!!" Isto é, tem caráter político.

Tua afirmação prova isso, uma vez que assume uma postura política sobre o que é ciência: "A marca típica do texto científico é um estilo claro, não ambíguo e baseado em dados."

O que é estilo claro? "O ponto de vista determina o objeto" é um enunciado claro? Só se já se souber o que é "ponto de vista" e "objeto", não? É ambíguo? Sim, se não se souber o que é "ponto de vista" e "objeto". E se baseia em dados? Não, porque estava justamente tentando definir, a partir do ponto de vista e do objeto, também em definição, o que eram dados para uma ciência emergente. Partia de observações de eventos do mundo. Vemos hoje que se fala "nós pega o peixe", algo que, para a gramática tradicional, é errado e, para a não tradicional e a linguística, é uma variedade possível em certos contextos. Seguir uma ou outra coisa é algo político. Mostrar que cada postura dessa serve num dado contexto também.

O que é "claro"? As propostas de Lacan são claras? A psicanálise lacaniana é ambígua? Baseia-se em dados? Quem estabelece isso? A comunidade que entende o que está envolvido aí?

Há partículas ou ondas no universo da ciência física? Se há as duas e se elas se confundem, ou não se sabe o ponto de vista, ou não se conhece o objeto ou o que são dados. Ou então a concepção de ciência mudou.

Se formos seguir esses critérios, restarão poucas ciências de pé.

A linguística, a física e a psicanálise são políticas, não como atividades políticas, mas porque dependem de políticas e têm efeitos nas políticas.

O problema é que a concepção positivista e alienante de ciência cria uma falsa imagem de neutralidade. Se o Bagno exagera na política, outros exageram na alienação, logo, também na política. Defendo outra postura, mas ainda prefiro alguns excessos em defesa da não-discriminação do que a alienação de cientistas, que, por exemplo, fizeram uma bomba que mata, mas não queriam matar, e sim entender dados, a partir de um ponto de vista bem claro. Sim, isso também levou a isótopos radiativos que curam.

Há textos científicos na linguística que são claramente políticos. E textos ditos apolíticos que também são políticos, porque seguem a postura da não política, o que já é uma forma de política.

Tudo o que se faz e se diz tem implicações políticas. Se digo que "nós pega o peixe" é aceitável em seus contextos e outro diz que não é aceitável em nenhum contexto, nós dois assumimos uma postura política.

E por que será que só esse livro disse isso dessa maneira quando a tradição sociolinguística já existe há décadas? Neutralidade científica? A linguística aplicada de hoje é neutra? A linguística não aplicada de hoje é neutra?

O que eu disse aqui está claro? É ambíguo? Baseia-se em dados? Acho que é claro, não é ambíguo e se baseia em dados. Só não traz uma tabela com dados.

Além disso, também podemos distorcer dados, dizer com clareza e sem ambiguidade coisas que não se sustentam.

As ciências são praticadas por seres humanos e estes são políticos, inclusive quando recusam posturas políticas. Isso não tem nada a ver com a política partidária nem com eleições etc.

E quem disse que a política em geral visa o bem comum?

Essas duas passagens revelam uma polarização entre dois extremos. De um lado, há aqueles que consideram a Linguística uma ciência necessariamente neutra, cuja função é descrever e explicar fenômenos linguísticos, sem preocupar-se com a sua repercussão social. De outro, há os que veem em toda ciência um viés político. Note-se, nesse debate, a ausência de qualquer referência à Linguística Aplicada, ramo da linguística naturalmente conectado ao aspecto prático e, necessariamente, político da língua.

Se a Linguística Aplicada é um ramo da Linguística ocupado com um fazer político, a questão fundamental é saber que tipo de ação política é a mais adequada para o combate ao preconceito. A postura assumidamente política de Marcos Bagno tem se caracterizado por uma estratégia de ação aberta, que pretende conscientizar a sociedade a respeito de um tipo de preconceito ainda não reconhecido como tal. Com seus livros e seus artigos em revistas de grande circulação, Bagno revela a convicção de que a sociedade pode ser esclarecida a partir dos influxos do saber acadêmico. A esse respeito, caberia perguntar em que medida a estratégia de Bagno se beneficiaria do reconhecimento das especificidades do preconceito linguístico em relação aos demais. Ou seja, em que medida a reflexão proposta, principalmente no livro mais popular do autor, se beneficiaria da adoção de uma perspectiva mais ampla.

Conforme a discussão do capítulo 5, o reconhecimento de um preconceito pode estar restrito a um grupo. Até que um preconceito seja reconhecido pela sociedade como um todo, há um processo histórico, normalmente lento e marcado por uma série de eventos notáveis. A identificação de cada preconceito pela sociedade, evidentemente, passa por estágios muito particulares, que dependem do grupo atingido e do jogo de forças que se estabelece entre este e os demais grupos que compõem o tecido social. Normalmente, a pressão começa no interior do próprio grupo, encontrando eco, gradativamente, em outras esferas sociais.

Todos os casos de ampliação da consciência coletiva sobre um preconceito são marcados por momentos de insurgência, momentos em que um determinado grupo, vítima de discriminação, tem a coragem de desafiar a coerção e a censura que sofre da sociedade como um todo. Não é incomum ver, nesses momentos, os aparelhos do Estado ou instituições de prestígio atuando como força censora, agindo muitas vezes com violência contra as manifestações orquestradas por minorias oprimidas.

Em todos os casos, no entanto, o movimento de reação ao preconceito surge no interior do grupo alvo do preconceito. A conscientização a respeito do preconceito linguístico, como dito anteriormente, é uma exceção a esse respeito. Não se tem notícia, na história, de um grupo que tenha se insurgido, solitário, em nome de outro que, paradoxalmente, se opõe a sua própria defesa. Essa particularidade na batalha contra o preconceito linguístico não é um detalhe. Quando o próprio grupo que sofre o preconceito encontra-se impedido de admiti-lo, será muito difícil que a sociedade como um todo seja estimulada a considerá-lo um impulso de teorização desumano ou imoral.

A sociedade também terá dificuldade de considerar o preconceito linguístico como, irracional ou acientífico enquanto houver um grupo de especialistas que se posiciona sobre o assunto com muito maior prestígio que o dos linguistas: os gramáticos e os professores tradicionais de língua portuguesa. Esse grupo tem grande parcela de responsabilidade na manutenção da inconsciência sobre o preconceito linguístico.

Mas há um aspecto muitas vezes pouco considerado que talvez seja o mais significativo em relação a essa questão. Como Bourdieu nos ensina, constituímos na cultura um mercado simbólico. A noção de valor, inevitavelmente associada a esse mercado, extrapola, muitas vezes, o limite do aceitável. Não há dúvida de que, em nossa sociedade, o prestígio constitui uma espécie de aura positiva que envolve seus portadores. Disso se segue que as marcas de status garantem, em grande medida, não apenas respeito, mas admiração e tudo de positivo que a ela se associa. Uma dessas marcas de prestígio é o desempenho linguístico.

A questão do preconceito, não apenas o linguístico, portanto, está intimamente conectada a aspectos bastante amplos da sociedade. O prestígio é visto com simpatia; suas marcas desencadeiam, por razões cuja compreensão que foge às pretensões deste trabalho, um complexo de sensações positivas, produzindo simpatia e antipatia entre os atores sociais. Essa compreensão, mesmo que fora do âmbito da linguística, é necessária para a compreensão do preconceito linguístico.

A linguística, no entanto, tem uma colaboração a dar para a explicação do prestígio associado a determinadas variantes. Se Saussure estava certo (e parece que estava) ao afirmar que o signo linguístico é arbitrário, a associação de prestígio a determinadas formas não pode

contar com a consideração de qualquer traço imanente das formas linguísticas. Deve haver alguma explicação para o fato de que determinadas tenham maior prestígio.

A explicação é, por um lado, sociológica, por outro, linguística. Evidentemente, as formas usadas pelas pessoas que se vestem bem, bem alimentadas, bonitas tomam de empréstimo a simpatia despertada por esses sinais de sucesso. A variedade linguística das pessoas bem sucedidas, naturalmente, toma de empréstimo o seu prestígio.

O prestígio da variedade culta, no entanto, não decorre exclusivamente da simples associação entre elementos simbólicos externos. Internamente, a linguagem culta é frequentemente associada a discursos mais articulados, que revelam uma capacidade de expressão diferenciada. O discurso político, o discurso científico, o discurso da cultura de um modo geral se expressam em uma variante comum. O prestígio da forma, nesses casos, toma de empréstimo o prestígio do conteúdo.

Há, portanto, uma série de elementos que, no seu conjunto, tornam o preconceito linguístico um tema complexo. A sociedade necessita alcançar um estado de maior consciência em relação à sua existência. Entretanto, considerando todas as peculiaridades apontadas, não é possível que ele seja combatido simplesmente estendendo-se à sociedade uma consciência que se desenvolveu de modo bastante articulado no âmbito da academia. Fazer política para o ensino e para a superação do preconceito linguístico, ou ao menos para a conscientização de sua existência, não pode ser o mesmo que dizer, de modo simples e direto, ao aluno de um curso supletivo que ele pode ser vítima de preconceito. Ele não está preparado para ouvir isso, tampouco as forças sociais da conservação, que ainda contam com o apoio de um grupo de especialistas concorrente, que defende uma tradição muito mais antiga e pouco interessada em constituir um saber verdadeiramente científico.

Neste momento, dizer o que disse o livro didático que gerou a enorme polêmica em pauta é o mesmo que acusar as pessoas comuns de preconceituosas. É acusá-las de um preconceito cuja compreensão não pode, pelo menos neste momento, ser alcançada. Alarde como o que se estabeleceu em torno do livro “Por uma vida melhor” nunca foi antes visto, mesmo depois de tantos livros já terem falado de variação. Parece evidente que o rótulo (que no livro ganha ainda o destaque do negrito) só reconhecido pelos linguistas atingiu a sociedade de um modo até então não testemunhado.

Portanto, a politização proposta por Marcos Bagno (“no Preconceito Linguístico”) é ingênua e parcial demais para ser parâmetro na busca do reconhecimento do preconceito linguístico. A consciência sobre o preconceito depende ainda de muitos avanços, fundamentalmente no que se refere ao papel do professor de língua materna. Enquanto o ensino permanecer fundamentado na crença do aprendizado fundado em conhecimento declarativo, será incapaz de inserir o aluno em qualquer debate mais produtivo a respeito das variantes e do valor que recebem na sociedade. Ou seja, enquanto o ensino não assumir a perspectiva do letramento, o aluno será incapaz de perceber a funcionalidade das inúmeras formas variantes, inclusive as prestigiadas. Enquanto a escola não for capaz de dar à sociedade uma resposta mais consistente, formando alunos capazes de se expressar nos mais diversos gêneros de modo criativo e reflexivo, abdicando da metalinguagem autônoma e descontextualizada, também não terá o apoio necessário para questionar preconceitos arraigados.

O livro didático, da forma como se constitui, é uma ferramenta de transmissão de regras e de testagem de seu domínio; por isso, qualquer abordagem que diz respeito à variação e ao preconceito linguístico não deve ser feita de antemão, senão após muito debate, preparação e reflexão. O tema preconceito é o tema de uma nova escola, de um novo livro didático, de um novo professor. Sem esse trinômio constituído de modo sólido, será difícil sustentar diante dos alunos uma defesa mais consistente de suas variantes e conscientizá-los da existência do preconceito. Esse é um longo caminho. Certamente, assim como os preconceitos clássicos levaram muito tempo para serem reconhecidos, o preconceito linguístico ainda tem um longo caminho a trilhar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito, de maneira geral, é baseado em uma depreciação (em alguns poucos casos, valorização) pouco ou nada fundamentada. Tem origem nas relações de disputa entre dois grupos (em algum ponto antagônicos) por determinada posição social. Um desses grupos apresenta um ou mais aspectos que são considerados pela sociedade incongruentes com o exercício de uma função ou a ocupação de uma posição social.

Há sempre um esforço (por parte do grupo preconceituoso) de teorização, de embasamento científico (mesmo que pouco amadurecido e não intencional), a fim de comprovar a inaptidão do grupo-alvo, o que necessariamente leva à desconsideração de indivíduos exceção em prol da concretude e perpetuação da teoria.

O ato de categorizar é inerente ao ser humano, articula-se como estratégia de sobrevivência e sucesso na vida coletiva; nesse âmbito, o simples fato de basear atitudes para com certas pessoas em estereótipos previamente estabelecidos internamente não constitui preconceito (já que é natural que o grupo atribua qualidades para si e defeitos para os outros, sobretudo os antagônicos). Esses prejulgamentos tornam-se um problema apenas quando passam a desagradar massivamente um determinado grupo, cujos integrantes começam a perceber e a se descontentar com a depreciação ou hostilidade com que são tratados pelo simples fato de pertencerem a um grupo que remete automaticamente a características negativas, o que, por sua vez, resulta na diminuição de seu valor em determinado papel social, a despeito da racionalidade dessas características ou da inaplicabilidade das mesmas na situação em questão.

Essa desavença não leva necessariamente a uma atitude hostil, mas pelo menos uma diminuição de valor (em um ou mais aspectos) dos indivíduos pertencentes ao grupo-alvo (embora atitudes hostis colaborem para a percepção e posterior combate ao preconceito).

A existência do preconceito depende fundamentalmente das relações entre os diferentes grupos sociais e a maneira como percebem seus respectivos papéis: um preconceito pode ser amplamente reconhecido pela sociedade ou apenas por um grupo; um indivíduo pode participar de um grupo que sofra preconceito e, ao mesmo tempo, de vários outros que não o sofram; ainda, um grupo pode sofrer preconceito em um espaço, mas ser até mesmo valorizado em outro.

Um preconceito não passa a ser reconhecido como tal pela sociedade se esse reconhecimento não ocorrer também (de modo autônomo ou não) dentro do próprio grupo-alvo. Enquanto esse grupo-alvo não se articula a desafiar o *status quo* do grupo antagônico de prestígio, pouca mudança pode acontecer no quadro geral.

O preconceito linguístico é um tipo peculiar devido a pelo menos três fatores: o primeiro diz respeito ao fato de seu grupo-alvo não apenas o desconhecer como também auxiliar em sua propagação, à medida que hipervaloriza o grupo antagônico (usuários da norma padrão) e seu elemento gerador do preconceito (língua padrão, em oposição às variantes populares), aceitando coniventemente sua própria desvalorização. Em segundo lugar, diferentemente dos grupos mais amplamente reconhecidos como alvo de preconceito (homossexuais, negros, judeus, mulheres – em alguns contextos sociais –, ou membros que possuam outra orientação sexual, raça ou religião diferentes das tidas como normais), os usuários das variantes não padrão são não apenas vistos como menos capacitados intelectualmente, mas também considera-se que alcançaram esse *status* por preguiça e falta de estudo (cor da pele e sexo são características genéticas, orientação sexual – embora ainda não se tenha um consentimento científico sobre se é um fator genético ou dependente de fatores sociointeracionais – é reconhecida já na primeira fase da infância e religião é um fator cultural fortemente enraizado na criança desde o início de sua criação); ou seja, além de ser uma característica que se acredita que possa ser facilmente modificada, ainda se atribui tal possibilidade de transformação ao estudo tradicional da gramática normativa, aplicado ao contexto do ensino de língua portuguesa. Por último, o grupo que combate o preconceito, o dos linguistas, não só tem seu papel na sociedade desconhecido, como encontra resistência justamente no grupo vastamente prestigiado pelos próprios alvos do preconceito, o grupo dos gramáticos (seu antagonista), os quais são considerados única e legítima autoridade sobre o objeto do preconceito, a língua.

Todos esses aspectos singulares aumentam a complexidade do debate sobre o preconceito linguístico e, conseqüentemente, das estratégias de combate a ele, mesmo havendo um razoável consenso entre os linguistas e parte dos professores de português e de literatura de que o preconceito linguístico é um problema a ser combatido, tanto na academia, quanto em sala de aula.

Com este trabalho, espero ter conseguido demonstrar minimamente que certas estratégias argumentativas, além de empobrecer e obscurecer a discussão, podem acabar ajudando a formar profissionais despreparados (a despeito de sua opinião) para lidar com essas questões em sala de aula ou na sociedade. Como já explanado, sem sombra de dúvidas, as convicções de Bagno estão fortemente embasadas teoricamente, encontrando exemplos de qualidade em sua obra bibliográfica. Todavia, seu livro de maior sucesso e divulgação ainda é “Preconceito linguístico: o que é, como se faz” (50ª edição), obra que, em uma tentativa bem intencionada de revelar à sociedade a existência do preconceito linguístico, acaba obscurecendo o debate com argumentos que apelam mais para a emoção que para a razão.

Espero ter contribuído também para o debate a respeito de até que ponto os grupos sociais reconhecem (e não apenas sentem) o preconceito linguístico, fator determinante para a escolha do tipo de abordagem a ser utilizado tanto em aula quanto na sociedade (através de discursos escritos ou falados), pois, como defendido neste trabalho, a simples menção do termo, ainda mais em meio a conceitos flutuantes, pode acabar resultando na corroboração do preconceito. Ou seja, hoje já se pode falar de preconceito contra negros, homossexuais e judeus (racismo, homofobia e antissemitismo), já não é mais preciso contextualizar o assunto. E quanto ao preconceito linguístico? Certamente é uma situação totalmente diferente. Cabe a nós trabalhar de maneira concreta e organizada em direção ao combate a essa forma de exclusão social.

REFERÊNCIAS

Livros

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 50ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999-2007.

BOURDIEU, Pierre. *Language and Symbolic Power*. Edited by John Thompson and translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991.

EAGLY, A. H. & DIEKMAN, A. B. *What is the problem? Prejudice as an attitude-in-context*. In: DOVIDIO, J. F.; GLICK, P.; RUDMAN, L. A. *On the nature of prejudice: fifty years after Allport*. Blackwell: Oxford, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós*. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

FISKE, Susan T. *Social cognition and the normality of prejudgment*. In: DOVIDIO, J. F.; GLICK, P.; RUDMAN, L. A. *On the nature of prejudice: fifty years after Allport*. Blackwell: Oxford, 2005.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ONG, Walter. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. New York: Taylor and Francis Group, 2005.

PRETTI, D. *O discurso oral culto*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. Caps. 1, 2, 3 e 5.

_____. *Estudos de língua falada*. São Paulo: USP, Associação Editorial Humanitas, 2006. Caps. 3 e 6.

RAMOS, Heloisa. *Por uma vida melhor*. Col. Viver, Aprender. São Paulo: Ed. Global, 2011.

TAVRIS, Carol. *Hysteria and the incest-survivor machine*. Sacramento: Bee Forum, 1993.

Websites

AZEVEDO, Reinaldo. VEJA. *Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente/>>, acesso em 10, julho. 2011.

BARBOSA, A. A. & Weber, Demétrio. O GLOBO. *Procuradora da República prevê ações contra uso de livro com erros pelo MEC; autora se defende*. Disponível em <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/16/procuradora-da-republica-preve-acoes-contra-uso-de-livro-com-erros-pelo-mec-autora-se-defende-924478530.asp>, acesso em 10, julho. 2011.

COIMBRA, David. ZERO HORA. *A defesa da ignorância*. Disponível em <<http://wp.clicrbs.com.br/davidcoimbra/2011/05/19/a-defesa-da-ignorancia/?topo=13,1,1,,13>>, acesso em 10, julho, 2011.

CVL - A LISTA DE DISCUSSÕES COMUNIDADE VIRTUAL DA LINGUAGEM. Disponível em <http://tech.groups.yahoo.com/group/CVL/>, acesso em julho. 2011.

FOLHA.COM. *Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>, acesso em 10, julho. 2011.

JORNAL DA TARDE. *Livro didático do MEC tem erro de português*. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/>>, acesso em 10, julho. 2011.

JORNAL DO BRASIL. *MEC distribui livro didático que defende erro de concordância*. Disponível em <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/05/14/mec-distribui-livro-didatico-que-defende-erro-de-concordancia/>>, acesso em 10, julho. 2011.

MORGENSTERN, Flavio. IMPLICANTE. *Preconceito lingüístico e coitadismo lingüístico*. Disponível em <<http://www.implicante.org/artigos/preconceito-linguistico-e-coitadismo-linguistico/>> , acesso em 10, julho. 2011.

NUNES, Augusto. VEJA. *A trinca de jovens milionários deveria ser convocada pelo governo para montar o programa Primeira Empresa*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/>, acesso em 10, julho. 2011.

PEREIRA, Merval. RÁDIO CBN. *Ministro da Educação tem obrigação de assumir e rever decisão polêmica*. Disponível em <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/merval-pereira/2011/05/17/MINISTRO-DA-EDUCACAO-TEM-OBRIGACAO-DE-ASSUMIR-E-REVER-DECISAO-POLEMICA.htm>, acesso em 10, julho, 2011.

ROSSI, Clóvis. FOLHA DE SÃO PAULO. *Inguinorança*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/mec/>, acesso em 10, julho. 2011.

SALME, Flávia. ÚLTIMO SEGUNDO. *No Rio, estudantes querem aprender a forma culta da língua*. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/no+rio+estudantes+querem+aprender+a+forma+culta+a+da+lingua/n1596963940756.html>, acesso em 10, julho. 2011.